

7. 11. 1941

12

r.

1 9 8 1

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

COMISSÃO JULGADORA

A meus pais.

A Literatura faz parte da "educação". Porque, e desde quando ? Porque os gregos encontraram num poeta o reflexo de seu passado, de sua existência, do mundo de seus deuses. Não possuíam livros nem castas sacerdotais. Sua tradição era Homero. Já no século VI a.C. era um clássico. Desde então é a literatura disciplina escolar, e a continuidade da literatura européia está ligada à escola. A educação é portadora da tradição literária : estado de coisas que pertence à característica européia, mas à qual não está essencialmente condicionado. A dignidade, independência e função educadora da poesia foram estabelecidas por Homero e sua atuação ulterior. Poderia ter sucedido diferentemente. No judaísmo, o discípulo aprende a "lei", e os livros de Moisés não são poesia.

E.R.Curtius, *Literatura Européia e Idade Média Latina*, Rio de Janeiro, I.N.L., 1957, p. 38

Mal se transplantou para as nossas terras, o emigrante europeu já perdia a sua realidade histórica : deixava de ter passado e convertia-se em um projétil do futuro. Durante mais de três séculos a palavra americano designou um homem que não se definia pelo que fizera e sim pelo que faria. Um ser que não tem passado, que não tem mais do que futuro, é um ser de pouca realidade. Americanos : homens de pouca realidade, homens de pouco peso. Nosso nome nos condenava a ser o projeto histórico de uma consciência alheia : a européia.

Octavio Paz, *Signos em Rotação*, São Paulo, Perspectiva, 1976, p. 127

Í N D I C E

Introdução e Questões de Método.....	1
CAPÍTULO I	
LITERATURA E ENSINO NO BRASIL COLÔNIA.....	6
1. A Herança Cultural.....	6
2. As Artes Liberais.....	9
3. A Pedagogia dos Jesuítas.....	17
4. Passado e Renovação.....	23
CAPÍTULO II	
LITERATURA, DISCIPLINA ESCOLAR. DA "ERA DAS REVOLUÇÕES" À "ERA DO CAPITAL".....	34
1. Revolução e Romantismo.....	36
2. <i>Fin de Siècle</i> e Depois.....	49
CAPÍTULO III	
A ÉPOCA DA "CULTURA DE MASSA".....	57
1. Entre Guerras.....	57
2. A Penúltima Reforma.....	62
Conclusão e Perspectivas.....	69
Bibliografia.....	72

INTRODUÇÃO E QUESTÕES DE MÉTODO

Codificada pela *Ars Obligatoria* do século XV, a *disputatio* é um jogo dialético ou ritual acadêmico no qual o estudante, depois de ter reunido um conjunto de opiniões contraditórias em torno de uma questão, enfrenta alguém que lhe opõe teses adversas; a cada *sed contra* do oponente, o candidato deve responder até que o mestre - o presidente da banca - possa concluir.

Comentando este exercício, cuja origem remonta à Grécia clássica, Roland Barthes lembra que, no mundo ocidental, toda colocação em contradição do sujeito com suas próprias ideias significa sua *redução*, sua eliminação, sua anulação¹. É certo, continua Barthes, que a *disputatio* desapareceu,

"mas o problema das regras (lúdicas, cerimoniais) do jogo verbal permanece : como disputamos nós, hoje, em nossos textos, em nossos colóquios, em nossos meetings, em nossas conversações e até nas "cenas" da vida particular ? Teríamos nós acertado nossas contas com o silogismo (mesmo disfarçado) ? Só uma análise do discurso intelectual poderá um dia responder com certeza" 2.

O presente trabalho foge um pouco às regras clássicas: gostaria de ser visto apenas como uma pesquisa bibliográfica,

1. Cf. Roland Barthes, "La Rhetorique Ancienne", in *Communications*, 16, Paris, Seuil, 1970, p. 190-191

2. Idem, p. 191

no sentido de coleta e relativa organização de um material a ser futuramente analisado e submetido a um tratamento "científico" que possa, pelo menos, despertar alguns *sed contra*, provocando o *respondeo* do autor. É também, por outro lado, muito mais um ensaio do que uma tese : os argumentos e interpretações que levanta em alguns passos nem sempre são apoiados por uma teoria da história que lhes de a necessária solidez.

Mas o texto que aqui se apresenta não tem ilusões no sentido de escapar ao aparato retórico criticado em seu primeiro capítulo : é difícil fugir a um tipo de formação que vem marcando gerações na escola ocidental.

O trabalho conforma-se, em primeiro lugar, à estruturação do discurso clássico em três momentos : uma introdução (ou *exordio*, em que é de bom tom captar a benevolência dos juizes); um corpo central de proposições (*narratio e confirmatio*) que deve ser claro, verossímil, breve; e uma conclusão (ou *epílogo*), onde o arbitrário do fim de todo discurso precisa ser exorcizado. Como ? Através de elementos que permitam reunir as questões esparsas ao longo do texto, resumindo-as e subsumindo-as sob o signo mais amplo da significação. É arbitrária toda palavra que põe termo a um discurso; mas este "arbitrário" é culturalmente fundado : um protocolo. Para produzir neste espaço codificado por séculos de escolaridade, não é necessário, como exigia Baudelaire aos leitores de *Les Fleurs du Mal*, ter feito *sa rhétorique chez Satan*.

Por outro lado, o discurso intelectual clássico vem sempre semeado de "provas" que o autenticam. No campo das huma

nidades, é muito comum o recurso à citação, convocada para refutar ou apoiar uma questão : versos de Homero autenticam, a cada passo dos *Diálogos*, os mais diversos argumentos de Platão. O que se torna uma tradição na Idade Média : *autores* são autoridades que não podem ser colocadas em dúvida, cumprindo, frequentemente, a tarefa de, pela simples assinatura, confirmar uma tese. Ou de assegurar a pertença de um texto a uma continuidade discursiva : tal citação da Bíblia pode ter como única finalidade inserir um trabalho em determinado contexto teológico³.

Exagera-se, evidentemente. E com finalidades retôricas. O certo é que esta pesquisa é atravessada por discursos referidos, e tem-se a consciência de sua limitação : não se trata de "provas" ou de "argumentos", mas de dados e, muitas vezes, em estado bruto.

Finalmente, outra característica do discurso científico : a ocultação do sujeito da enunciação e conseqüente imposição das formas mais cômodas do impessoal. Admite-se, a rigor, o plural de majestade. As razões desta estratégia são conhecidas e talvez não fosse necessário levantá-las aqui : a dissolução do emissor provoca o aparecimento de um *texto neu-*tro que se diria enunciado, *tout compte fait*, pela voz da prôpria ciência ou pela "verdade", desaparecendo, assim, todo comprometimento do produtor com a produção. Primeira conseqüência:

3 . Cf. as análises de D.Maingueneau, in *Initiation aux Méthodes de l'Aná*
lyse du Discours, Paris, Hachette, 1976, p. 123-127

distância máxima entre o locutor e o enunciado, que "passa a fazer parte de um mundo distinto dele próprio". Segunda consequência : impossível marcar o grau de *adesão* do locutor a seu próprio discurso (a rigor, o locutor "não existe"). Terceira consequência : o texto torna-se *transparente* : afastado o emissor, o receptor transforma-se em dono do discurso. É a característica fundamental, sabe-se, do livro escolar e dos provérbios populares. Quarta consequência : desarma-se a possibilidade de *tensão* entre emissor e receptor e o texto deixa de aparecer como um mediador do desejo de seu produtor⁴.

É sempre verdade que o sujeito da enunciação, nesse tipo de discurso, é traído a cada passo e a lingüística contemporânea já elaborou bons instrumentos que permitem detectar sua presença, levantando a falsa neutralidade do texto e apontando a ideologia que preside à ocultação do locutor.

Neste trabalho, seguindo a norma acadêmica do sujeito impessoal, procurou-se, contudo, apontar, a cada passo, o comprometimento do emissor : seja usando conscientemente a própria estrutura do discurso intelectual, seja confrontando-o com discursos mais opacos, seja denunciando claramente suas "contradições internas".

Pesquisa de cunho bibliográfico, esta tese recorreu a fontes primárias (os antigos: Aristóteles e Quintiliano na edi

4 . As noções de *distância*, *modalização*, *tensão* e *transparência* são aqui referidas segundo a proposta de D.Maingueneau, op. cit., p. 119 seg.

ção Budê; Cícero; o elenco dos *auctores* medievais; uma edição brasileira do *Ratio Studiorum*; textos de lei) e secundárias : alguns intérpretes da cultura clássica, medieval e moderna : a monumental *Literatura Européia e Idade Média Latina*, de Curtius; os estudos de Zumthor sobre a Idade Média; Paul Hazard; Hauser, Carpeaux; Walter Benjamin. E uma série de ensaios sobre o fenômeno educacional brasileiro.

Este trabalho procura seguir, na evolução da escola brasileira, o lugar ocupado por uma disciplina que poderia ser chamada de *Literatura*. Dos jesuítas vindos ao Brasil com Tomé de Souza à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, quais os sucessivos avatares do ensino da literatura ? O material recolhido ao longo destas páginas será, como se disse acima, submetido, em trabalho posterior, à análise e interpretação. No momento, o autor espera - como Lautréamont, mas com muito mais humildade - que o leitor subentenda.

I - LITERATURA E ENSINO NO BRASIL COLÔNIA

1. A HERANÇA MEDIEVAL

Século XVI. A Europa entra definitivamente na fase do capitalismo mercantil; é o período marcado pelo aparecimento das nações modernas e que a historiografia tradicional e os manuais de História da Literatura colocam sob o signo da Renascença. O ano é o de 1549. Num opúsculo de quarenta e oito folhas, o poeta Joachim Du Bellay afirma, numa língua cuja ortografia ainda não se fixou, as excelências de "toutes choses écrites en françois", equiparando o idioma vernáculo, enquanto instrumento literário, "aux langues savantes", grego e latim¹. Texto exemplar, programa revolucionário do humanismo renascentista.

Neste mesmo ano de 1549, no arraial do Pereira, na Bahia de Todos os Santos, desembarcam da frota do primeiro governador geral do Brasil um corpo de oficiais administrativos, 200 regulares de tropa, 320 artesões, 300 colonos, 400 degredados. E 6 missionários jesuítas, chefiados pelo Padre Manuel da Nóbrega : nossos primeiros mestres de gramática e de letras. Estes homens vinham pôr em prática a nova política colonizadora estabelecida por El-Rei Dom João III nos *Regimentos* de 17 de

1 . Joachim Du Bellay, *Deffense et illustration de la langue française*, in *Oeuvres Choiesies*, Paris, Larousse, 1935, p. 19

dezembro de 1548 : defesa do litoral, policiamento interno da colônia, fundação de núcleos estáveis e fortificados de colonizadores. "A principal causa que me moveo a mandar povoar as ditas terras do Brasill foi pera que a jemte dela se convertesse a nossa santa fee catolica"² : os seis jesuítas trazidos por Tomê de Souza, seriam, pois, encarregados daquilo que El-Rei coloca como razão de ser da colonização - o "eixalçamento da nossa santa fee".

A Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola em 1534 e aprovada em 1540 pela bula *Regimini Militantis Ecclesiae* "assimilou", escreve Wilson Martins, "a orientação cultural do Renascimento na linha de uma empresa de sobrevivência medieval : a Contra-Reforma tinha de ser, no século XVI, um projeto anti-Renascentista"³. A própria cultura portuguesa, após meio século de expansão, passa, na época, por uma crise profunda. A censura eclesiástica limita a difusão de obras importantes : Gil Vicente, Bernardim Ribeiro, Sá de Miranda, João de Barros são proibidos ou têm seus trabalhos "corrigidos". O sistema escolar, sobre o qual seria calcado o ensino brasileiro, compreende, então, algumas poucas escolas de "leer e escrever"⁴, destinadas a meninos do sexo masculino e os "estudos secundários"

2 . "Regimentos de 17 de Dezembro de 1548", citados por Carlos Malheiros Dias e outros, in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, Litografia Nacional, 1921, p. 347

3 . Wilson Martins, *História da Inteligência Brasileira*, Vol. I (1550 - 1794), São Paulo, Cultrix/Edusp, 1977-78, p. 14

4 . Havia, em 1550, cerca de 60 em todo o reino; destas, 34 funcionavam em Lisboa, capital do país, com cerca de 50.000 habitantes. Cf. Dom Antônio da Costa, *História da Instrução Popular em Portugal*, Porto, Figueirinhas Editor, 1906, p. 332

nas "eschollas de grammatica", que se restringiam ao ensino da morfologia e da sintaxe latinas. O Colégio das Artes da Universidade de Coimbra, "a tentativa mais ambiciosa de incluir o país no circuito da grande reforma intelectual européia no período do Renascimento"⁵ e que poderia vir a ser o equivalente do Collège de France em Portugal, era entregue aos jesuítas em 1555.

Entretanto, o sistema de ensino da Companhia de Jesus não pode ser considerado apenas um anacronismo no interior das formas "progressistas" do Renascimento. Surge das contradições da época, da tentativa de oposição às três Igrejas - a Luterana, a Calvinista, a Anglicana - nascidas da Reforma. O papel exercido pela ideologia tridentina é ambíguo : "reacionária" em seus propósitos, cabe-lhe salvar, pelo *Ratio Studiorum*, o ensino das línguas clássicas. Assegura, com isso, paradoxalmente, uma forma de "humanismo", no momento em que a unidade espiritual do Ocidente se quebra e a função do latim como língua internacional começa a enfraquecer⁶. Um século depois, os jesuítas encontram-se entre as forças que perpetuam o espírito barroco : formam-se nos Colégios da Companhia, refletem e criam a partir de ou contra seu ensino, Descartes, Molière, Bossuet, Corneille. "La patte des jesuites", como diriam os franceses, será encontrada ainda no mais revolucionário dos autores do século XX : James Joyce. A pedagogia dos jesuítas acrescentava

5 . Martins, op. cit., p. 23

6 . Cf. Otto Maria Carpeaux, *História da Literatura Ocidental*, Vol. I, Rio de Janeiro, O Cruzeiro S/A, 1959, p. 666 seg.

9

aos *Exercítia*, ao *Ratio*, representações teatrais que, caídas no esquecimento, constituem uma literatura de grande importância histórica e estética - destinada embora à propaganda religiosa. Bastaria, aqui, citar o nome do grande Jacobus Bedermann, autor barroco de *Cenodoxus* e de *Philemon Martyr*.

No Brasil, porém, a Companhia implanta-se através de seu aspecto passadista, em contradição profunda com as correntes renovadoras da época. Deita raízes, na nova terra, um sistema marcadamente medieval : da frota de Tomé de Souza descem, com os seis jesuítas, os autores latinos expurgados, a velha Escolástica, o *Trivium* e o *Quadrivium*.

2. AS ARTES LIBERAIS

O *Septenium*, composto pelo *Trivium* e pelo *Quadrivium*, constitui um dos centros da pedagogia jesuíta. O sistema remonta à Antigüidade clássica e constituiu, na Idade Média, o verdadeiro corpus da "cultura geral", freqüentemente referido pelos versos mnemônicos :

Gram. loquitur; Dia vera docet; Rhe. verba ministrat;
*Mus. canit; Ar. numerat; Geo. ponderat; As. colit astra*⁷

As artes liberais fecham o círculo do saber medieval: Gramática, Dialética (Lógica), Retórica; Música, Aritmética, Geometria, Astronomia. Suas figuras subsistem, ainda hoje, pe

7 . Uma "arte" é uma técnica, sistema de regras tiradas da experiência, fundadas na natureza e logicamente elaboradas; é objeto de um ensino (doctrina) que, conduzindo a uma ciência, engendra uma facultas, de onde procedem as obras.

treficadas, na fachada da catedral de Notre-Dame.

Um curioso texto do século VI, do pagão africano Martianus Capella apresenta o *Septenium* através de uma alegoria destinada a fazer fortuna na Idade Média⁸; vamos reencontrá-la em pleno Renascimento, tratada pelos pintores italianos : as *Núpcias de Mercúrio com a Filologia*. Para este trabalho, cum pre destacar duas figuras exemplares que, desde então, aparecem como símbolos, no pórtico do ensino da literatura : Retórica e Gramática.

No poema de Capella, a Filologia, virgem sábia, recebe como presente de núpcias as sete artes liberais, cada uma delas apresentada com seus atributos. *Grammatica* é uma velha senhora, provém da Ática e enverga sôbrias vestimentas romanas; num cofrezinho de marfim guarda a faca e a lima com que há de corrigir os erros de linguagem. *Rhetorica* é uma bela mulher, suas roupas estão ornadas com todas as figuras e detém as armas destinadas a ferir seus adversários. Correção gramatical mais cuidados de estilo : o destino das Belas Letras está traçado.

Grammatica, la prim'arte, escreve Dante no *Paraíso* :

"... Crisostomo e Anselmo e quel Donato
ch'a la prim'arte degno porre mano"⁹

Grammatica, sabe-se, provém do grego "gramma", letra, e assim a consideravam Platão e Aristóteles : a arte de ler e

8 . Cf. E.R.Curtius, *Literatura Européia e Idade Média Latina*, Rio de Janeiro, I.N.L., 1957

9 . Dante, *Paradiso*, 12, 138

escrever. Já nos tempos helênicos assume, porém, a tarefa de cuidar do uso correto da língua e da explicação dos poetas¹⁰ : velar pela norma e pelos clássicos. Os latinos chamavam-na "literatura", de "littera". O *litteratus* não será, na origem, um produtor de textos, mas o conhecedor de "gramática" e de poesia : um *lettré*.

A *Grammatica* de "quel Donato" referido por Dante, leitura obrigatória do estudante medieval, é um modelo do gênero: marcada pela filologia grega, do estudo das letras e sílabas às oito partes da oração. Etimologia, erros da linguagem e as famosas "figuras do discurso" incorporavam-se ao âmbito da disciplina.

A Gramática medieval compreendia, como se vê, o que chamamos hoje de estudo da língua e, em parte, o campo da ciência da literatura. O material lingüístico com que trabalhava provinha de textos selecionados com fins didáticos, abrangendo autores cristãos e pagãos expurgados : o critério de aproveitamento de obras antigas era sempre ideológico. Os autores greco-latinos, recuperados como "sábios" e "profetas", tornavam-se "exemplares". Versos, sentenças, extraídos do contexto original, eram condensados para expressar experiências psicológicas ou regras de vida : trata-se de uma imensa antologia, um "intertextual" em estado bruto. São os apotegma da Retórica de Aristóteles¹¹, as "sentenças" ou "juízos" de Quintiliano, por

10. Posição que já se encontra em Quintiliano. Ver *De Institutione Oratoria*, I, 4, 2

11. *Retórica*, II, 21. Cf. Curtius, op. cit., p. 69

que se assemelham às decisões das corporações públicas¹². São versos "memorandos", que se guardam de cor, que se colecionam, que se colocam em ordem alfabética, para fácil consulta.

Este *canon* de textos literários é constituído entre os séculos V e VIII : são os *Auctores*, autoridades que determinam as normas e as doutrinas. O mundo medieval ignora os gregos; Homero é lido através de um resumo latino, a *Ilias latina* do século I; Platão e Aristóteles permanecem desconhecidos durante séculos. *Auctores* são Terêncio, Virgílio, Horácio, Pérsio, Juvenal, Lucano, Estácio, Prudêncio, Isidoro, Boécio, Beda.

Sobre a *Grammatica* repousa todo o edifício das artes. Viu-se, acima, que, desde Quintiliano, comporta dois aspectos: conhecimento do uso lingüístico correto (*recte loquendi scientia*) e a leitura explicada e a imitação (*poetarum enarratio*). Compreende, pois, elementos de uma ciência da língua e de uma ciência da literatura. Apesar de seu aspecto puramente formalista e normativo, determinará, deste os séculos VI e VII, a evolução posterior das formas de expressão. Letrados dos séculos XIII e XIV a consideram como a explicação da *ratio* fundamental da linguagem, analiticamente descoberta pelos filósofos antigos, ligada à própria natureza da inteligência.

A *Grammatica* medieval só se ocupava do latim; é pouco provável que as línguas românicas tivessem sido objeto de ensino¹³. Mas é provável que, a partir do século XII, uma certa co

12. *De Institutione Oratoria*, VIII, 5, 3

13. Cf. Paul Zumthor, in *Langue, texte énigme*, Paris, Seuil, 1975

dificação de sua grafia tenha acontecido em diversas *scriptoria*. A partir desta época, parece ter acontecido uma codificação da língua vulgar, no meio dos comerciantes, sobretudo na Itália. Mas não foi certamente por intermédio da *Grammatica* que o latim pôde influenciar as línguas literárias românicas.

Através da vulgata medieval, o Ocidente herdou da Antiguidade clássica um imenso corpus de reflexões sobre o discurso : a Retórica. Trata-se, em primeiro lugar, observa Roland Barthes¹⁴, de uma *arte*, de uma *techné*, no sentido grego da palavra : um meio de produção de determinado tipo de discurso, que visa a persuadir. Mas é também, e sobretudo, um ensino e um código ou moral da linguagem, que legisla sobre os "desvios" da linguagem passional. Uma *prática social* :

"técnica privilegiada (pois é preciso pagar para adquiri-la) que permite às classes dirigentes assegurar-se da propriedade da linguagem. Sendo a linguagem um poder, ditaram-se regras seletivas de acesso a esse poder, constituindo-o em pseudo ciência, fechada "aos que não sabem falar", tributária de uma iniciação dispendiosa : nascida há 2.500 anos de processos de propriedade, a retórica esgota-se e morre na classe de "retórica", consagração iniciática da cultura burguesa" 15

Os tratados de *arte retórica* de Aristóteles, cuja verdadeira significação só aparece no contexto mais amplo de uma teoria do discurso, da argumentação e do raciocínio, compreendiam uma série de atos de estruturação progressiva, destinada

14. Roland Barthes, "La Rhétorique ancienne", in *Communications*, 16, 1970

15. Idem, p. 173

dos a gerar o *discurso persuasivo*; o operador central do processo era a verossimilhança. Os cinco momentos classicamente reconhecidos no processo são :

Inventio : encontrar o que dizer

Dispositio : ordenação dos argumentos

Elocutio : acréscimo de ornamentos de palavras,
de figuras

Actio : representação do discurso : gestos, palavras

Memoria : recurso à memória.

A história do "desmantelamento" deste edifício, de sua dispersão e de sua redistribuição liga-se à história do ensino da língua e da literatura no Ocidente até, pelo menos, o século XVIII. Esta história passa, necessariamente, pela obra de um bom professor de retórica - "peu phraseur, pas trop moralisant"¹⁶ - do fim da Antigüidade : Marcus Fabius Quintilianus. Nele se encontra a primeira teoria da escrita, e já claramente o amálgama da Retórica à Poética,

"em benefício de uma noção transcendente, que chamaríamos hoje de "Literatura"; não só se constitui como objeto de ensino como se torna uma arte (no sentido moderno); ela é, a partir de então, ao mesmo tempo teoria da escrita e tesouro de formas literárias" ¹⁷

Três artes, na Idade Média latina, fazem parte da Retórica : as artes oratórias em geral, a arte epistolar e as artes poeticæ, que se ocuparão do *rythmicum*, recebendo da Gra

16. Barthes, op. cit., p. 181

17. Idem, p. 182

mática o verso latino e visando a "literatura de imaginação". Mas de um modo geral, a Retórica, no fim da Idade Média, é confinada ao campo da *elocutio*, isto é, à teoria das figuras : ao que é considerado inessencial, em relação à verdade e ao fato. Primado da idéia, do conteúdo, do referente. Separação de forma e conteúdo. Para a Idade Média, tanto maior será a qualidade poética de uma obra quanto mais elementos houver tomado de empréstimo a um conjunto mais complexo, mais estruturado, mais estável. A poesia (a literatura) preenche assim, no seio da comunidade social, uma função conservadora, que permite superar as contradições do real. A todo fato de expressão preexiste um sistema. Este sistema pode ser a Retórica, cujo caráter próprio é ser ao mesmo tempo doutrinal, explícito e fragmentário. O sistema pode ser, escreve Paul Zumthor¹⁸, um "registro de expressão", cujo caráter é o ser empírico, implícito e totalizante. Nos dois casos, o sistema representa - é ainda Zumthor quem o constata -, em relação ao latim e à língua vulgar, um papel que dele faz uma espécie de "língua conotativa", comum a todos os textos literários; língua fixada no tempo e cujas modificações são de fraca amplitude e de extrema lentidão. De onde a comunidade estreita que liga, na época, autor e público, comunidade fundada não somente sobre uma adesão ao próprio texto, mas sobre a aceitação comum de um modo expressivo virtualmente imutável. A partir do século XII, estas relações começam a se modificar, na medida em que autor e leitor passam a intervir

18. Zumthor, op. cit., p. 124

no objetivo da obra; o sujeito da enunciação passa a ser procurado na superfície do enunciado : surge a noção - moderna - de autor. É uma evolução lenta; levará séculos para ser realizada.

Hã, no espaço que vai do fim da Antigüidade ao século XV, longos períodos em que uma das três artes do *Trivium* - *Rhetorica*, *Dialectica*, *Grammatica* - predomina sobre as duas outras : *Rhetorica* é a *leadership* do século V ao VIII; *Grammatica* impera do século VIII ao X e *Dialectica* do século XI ao XV. No final da Idade Média, domina, portanto, a Lógica, que absorve a Gramática.

A herança retórica que, no século XVI, os jesuítas retomam no ensino do ginásio de Saint-Jerôme, em Liège, é disciplina duas vezes morta e totalmente retirada de um contexto medieval no qual, como vimos, encontra sentido pleno, perfeitamente adaptado a um conceito bem determinado de produção literária, a uma concepção de linguagem e de fruição do objeto estético.

Em 1586, um grupo de jesuítas codifica este ensino no *Ratio Studiorum*; em 1600 ele é adotado pela Universidade de Paris. Consagra-se a preponderância das "humanidades" e da retórica latina. O *Ratio* invade a Europa. E é possível que sua força provenha realmente, como quer Roland Barthes¹⁹, da identidade, em sua ideologia, de uma disciplina escolar, de uma disciplina de pensamento e de uma disciplina de linguagem. Matéria nobre, a Retórica dominará, a partir de então, o ensino humanista da Companhia de Jesus.

19. Barthes, op. cit., p. 193

3. A PEDAGOGIA DOS JESUÍTAS

O plano de estudos organizado por Nóbrega para os Colégios que pretendia fundar na cadeia litorânea do Brasil evidencia que o primeiro projeto pedagógico da Companhia de Jesus visava a catequese e a formação de sacerdotes.

Adquirida pelo convívio diário, a aprendizagem do português devia preceder o estudo das letras e do catecismo. Ocasionalmente, o ensino de canto orfeônico e de instrumentos musicais podia ser acrescentado como recurso para a catequese das aldeias vizinhas :

"Nesta casa, têm os meninos seus exercícios bem ordenados. Aprendem a ler e a escrever e vão muito avante; outros a cantar e a tocar flauta. E outros, mamelucos, mais dextros, aprendem a gramática" 20

Terminados estes estudos elementares, nas "eschollas de leer e escrever", passava a grande maioria dos alunos para o aprendizado de ofícios mecânicos, pois, no dizer do Padre, "isto achamos ser nesta terra uma grande parte para a conversão destes infieis". São os "melhores" e "com inclinações para os estudos" eram levados para a classe de gramática latina; são os futuros sacerdotes :

"eu pretendia aos de maiores habilidades ensinar também latim e, depois de desbastados aqui um pouco, poderem em Espanha aprender letras e virtudes, para voltarem depois homens de confiança" 21

20. Manuel da Nóbrega, carta de 15 de junho de 1553, in Serafim Leite, *Novas Cartas Jesuíticas*, São Paulo, Ed. Nacional, 1940, p. 45

21. Idem, *ibid.*

Os índios eram catequisados nas "eschollas de leer e escrever", através de catecismos jesuítas, que, na maioria das vezes, se resumiam em cantos religiosos, tanto na língua latina quanto portuguesa e, mais tarde, em tupi-guarani. Talvez se usassem também as "cartinhas" portuguesas (cartilhas) para ajudar aos mais adiantados na leitura e na escrita. Quanto aos filhos dos colonizadores, eram educados em suas casas e provavelmente alfabetizados com as "cartinhas", trazidas com a mudança da família, importadas, ou levadas às suas casas pelos padres, que muitas vezes eram contratados pelas famílias para leccionarem em seus lares.

Muito diferente, porém, era o panorama constatado por Fernão Cardim em sua visita ao Colégio da Bahia, em 1583, trinta anos depois da criação da primeira classe de latim no Colégio dos Meninos de Jesus, em São Vicente. A empresa jesuítica prosperara. Outras classes tinham sido abertas na Bahia, no Espírito Santo, em Pernambuco, em São Paulo. O Colégio do Rio de Janeiro é de 1567; viriam a seguir o do Pará, no Norte, e o da Colônia do Sacramento do Sul, no Rio da Prata.

O Colégio da Bahia, por ocasião da visita de Cardim, já oferecia "uma lição de Teologia, outra de casos, um curso de arte, duas classes de humanidades, escola de ler e escrever"²²:

22. Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, Rio de Janeiro, J. Leite e Cia., 1925, p. 287. O Colégio dispõe, como se vê, de curso "primário", "secundário" (humanidades), curso superior de Teologia (Dogmática e Moral). Foi neste Colégio que se formou o Pe. Antônio Vieira.

"Os padres têm aqui colégio novo quase acabado; é uma quadra formosa com boa capela, livraria, e alguns trinta cubículos; os mais deles têm as janelas para o mar. O edifício é todo de pedra e cal de ostra, que é tão boa como a pedra de Portugal. Os cubículos são grandes, os portais de pedra, as portas d'angelim, forradas de cedro; das janelas descobrimos grande parte da Bahia e vemos os cardumes de peixes e baleias andar saltando n'água, os navios estarem tão perto que quase ficam à fala. A igreja é capaz, bem cheia de ricos ornamentos de damasco branco e roxo, veludo verde e carmesim, todos com tela d'ouro" 23.

Cardim pôde constatar que, quando o "Sr. Governador veio à casa",

"os estudantes o receberam (...) recitando-lhe muitos epigramas; o Pe. Manuel de Barros lhe teve uma oração, cheia de muitos louvores, onde entraram todos os troncos e avoengos dos Monizes, com as maravilhas que têm feito na Índia, de que ficou muito satisfeito" 24.

Referindo, adiante, sua visita ao Colégio de Olinda, comenta que

"os estudantes de humanidades, que são filhos dos principais da terra, indo o Pe. à sua classe, o receberam com um breve diálogo, boa música, tangendo e dançando muito bem; porque se prezam os pais de saberem eles esta arte. O mestre fez uma oração em latim" 25.

Já existe uma tradição de escola brasileira. Este sistema de ensino, que se implantou a partir dos primeiros e miseráveis "recolhimentos" e "eschollas de leer e escrever" está

23. Idem, p. 288

24. Idem, p. 287

25. Idem, p. 229-230

fundado no *Ratio Studiorum*, Organização e Plano da Companhia e de suas Diretrizes Pedagógicas, inseridas num contexto religioso, marcado por intensa rigidez na maneira de pensar e interpretar a realidade e centrado nos elementos da cultura medieval. A Filosofia escolástica, tentativa de harmonização entre a razão e a fé era sua essência. Para os seguidores da ideologia tridentina, o universo era um todo compacto e ordenado, estático e criado por Deus. Bastava, para conhecê-lo, explicar o significado oculto das coisas e sua finalidade, sem investigar-lhes a origem e a evolução.

A pedagogia do *Ratio* estava centralizada no *Trivium* e no *Quadrivium*, disposto num currículo escolar que abrangia cinco classes : três de Gramática (subdivididas em ínfima, média e suprema), uma de Humanidades e uma de Retórica. Como as classes de Gramática se desdobravam, o currículo se estendia por seis ou sete anos.

O curso de Retórica abrangia as regras de oratória, estilo e erudição. O *canon*, no melhor estilo medieval, provinha dos antigos. "Autores exemplares" eram, para os jesuítas, Cícero, Aristóteles, Virgílio, Quintiliano. As classes de Humanidades eram baseadas no perfeito conhecimento da linguagem; sua finalidade era preparar, nos que terminaram a Gramática, o terreno para a eloquência. Para esse fim, concorrem, segundo o *Ratio*, três meios : o conhecimento da língua, alguma erudição, e uma introdução breve aos preceitos da Retórica²⁶.

26. Cf. *Ratio Studiorum*, in Leonel Franca, *O Método Pedagógico dos Jesuítas*, Rio de Janeiro, Agir, 1952, p. 199

O latim era a disciplina dominante do currículo e as outras disciplinas tais como a Geografia, a Aritmética, o Verⁿáculo, não tinham estudo autônomo e eram ensinadas concomitantemente à leitura, versão e comentários de autores clássicos. Os objetivos metodológicos do curso se baseavam na religião e no "texto", fundamentados, como vimos, na imitação, para que se pudesse adquirir o estilo literário dos autores clássicos.

No Brasil, o desenvolvimento do ensino primário e secundário pode ser considerado como um prolongamento da escola de ler e escrever; e os estudos superiores mais tarde passaram a ser chamados de "secundários"; foi o único tipo de estudo que o Brasil conheceu durante três séculos.

Pelo Latim, mantinha-se a língua da Igreja Católica, sobreposta ao estudo da língua portuguesa. Haja visto uma interessante passagem do *Ratio Studiorum* : "De modo especial conserve-se com rigor o costume de falar latim, exceto nas aulas em que os discípulos o ignoram, de modo que em tudo quanto se refere à aula nunca seja permitido o uso do idioma pátrio, dando-se nota desfavorável aos que forem negligentes neste ponto; por este mesmo motivo, o professor fale sempre em latim²⁷.

Cícero era o modelo a ser imitado : "Nas classes subdivididas, (...) comum será a leitura de Cícero, os temas das composições dos alunos devem ser dirigidas para a imitação de Cícero e, segundo o modelo de uma narração, persuasão, congratulação, admoestação, ou coisa semelhante" (...) "no que con-

27. Leonel Franca, *O Método Pedagógico dos Jesuítas*, Rio de Janeiro, Agir, 1952, p. 164

cerne ao estilo, ainda que se deva percorrer os melhores historiadores e poetas, deverá ser formado quase que exclusivamente em Cícero" (...) "nas preleções de retórica para a explicação das orações leia-se unicamente Cícero, na teoria, além de Cícero também Quintiliano e Aristóteles". Nas regras do professor de Humanidades é dito inicialmente que "para conhecimento da língua, que consiste principalmente na propriedade e riqueza de palavras, explique-se nas lições quotidianas dos oradores, exclusivamente Cícero". "Como exercício para os alunos sugere-se reconstituir um período de Cícero que haja sido desarticulado, e mais ainda, "desafios", que versam sobre traduções e variações de frases vernáculos para a aplicação da sintaxe e imitação de Cícero e depois retrovertê-los para o latim, ou ainda, transcrever uma versão curta de Cícero". "Cabe ao professor de Retórica formação perfeita para a eloquência que abraça as duas mais altas faculdades, a oratória e a poética", atendendo "não só o que é útil senão também à beleza de expressão"²⁸. A Poética de Aristóteles e a Arte Poética de Horácio figuravam como fontes clássicas fundamentais no *Ratio*.

Estudando um exercício central do *Ratio*, a *praelectio*, Jean-Claude Chevalier²⁹ demonstrou que, subjacente ao modelo pedagógico dos jesuítas existe

"um esquema de interpretação da linguagem que é o do século XVII. A linguagem reenvia a um jogo

28. Franca, op. cit., p. 190

29. Jean-Claude Chevalier, "La Pédagogie des Jésuites", in *Littérature*, 7, 1972.

de essências; analisar corretamente, é tentar
"descobrir" a verdade" 30.

O estudo de Chevalier mostra que a análise e o estudo dos textos clássicos nos Colégios da Companhia visavam a assegurar uma determinada "classe" na posse da língua : os futuros jesuítas, os jovens da aristocracia. Trata-se de um "ensino de qualidade" - para pessoas de qualidade. Seu objetivo, segundo Chevalier, é duplo : desarmar o racionalismo científico, fonte de irreligião, transformando-o em problemas solucionáveis em termos lógicos e psicológicos, isto é, teológicos; em segundo lugar, assegurar aos alunos um domínio sobre aqueles que se dedicam às ciências e às técnicas, reservando-lhes a chave dos códigos (linguístico, retórico).

Como diria Cardim, "se prezam os pais de saberem eles esta arte".

4. PASSADO E RENOVAÇÃO

"O século XVII", escreve Otto Maria Carpeaux, "é o mais rico de todos na história da literatura universal; e para justificar o superlativo, basta citar alguns nomes, escolhidos ao acaso e classificados conforme os anos de nascimento : Tasso, Cervantes"...³¹. A lista prossegue com 28 nomes. Entre

30. Idem, p. 120

31. Otto Maria Carpeaux, *História da Literatura Ocidental*, Vol. II, Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1960, p. 683

eles não consta, é evidente, nenhum brasileiro : nossa literatura ainda não existia. Mas não constam do catálogo, também, nomes de uma literatura que, no passado, havia produzido Gil Vicente, Bernardim Ribeiro e Camões.

De 1580 a 1640, Portugal perde sua autonomia política. A Retórica das escolas jesuítas e o barroquismo de origem hispânica marcam o grosso da produção literária que é, em última instância, de origem clerical e aparece claramente em luta contra as áreas liberais do protestantismo e do racionalismo, cuja influência cresce na França, na Inglaterra e na Holanda. "A luta entre a velha ordem nobiliárquica, apoiada na repressão inquisitorial", escrevem Antônio José Saraiva e Oscar Lopes, "trava-se sob roupagens estilisticamente barrocas"³². Para a esterilidade do meio universitário português contribui a excessiva influência eclesiástica, estagnada nos velhos métodos de ensino e na regulamentação minuciosa dos deveres magistrais. Obsta-se, desta forma, a renovação pedagógica e isola-se a cultura portuguesa das correntes modernas e renovadoras.

Ecos deste processo podem ser rastreados em muitos brasileiros da época : Botelho de Oliveira, Frei Itaparica e até em Gregório de Matos. "Ecos do Barroco", como quer Alfredo Bosi. A cultura humanística, ministrada nos Colégios dos jesuítas é um sinal de classe, que se junta à riqueza representada, pela posse da terra³³ : "os estudantes de humanidades (...)

33. Cf. Fernão de Azevedo, *A Cultura Brasileira*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1944, p. 178

são filhos dos principais da terra"³⁴. Com a decadência política, acentua-se a esterilização do ensino primário.

Com o tratado de Methuen, em 1703, o progresso da industrialização de Portugal é sufocado. O mercado interno é inundado por manufaturas inglesas. Pobre, sem capitais, o país continua quase despovoado, com uma lavoura decadente por falta de braços. Ainda existem relações de caráter feudal e uma nobreza arruinada, quase sem terras e sem fontes de renda, encontra-se diante de uma burguesia mercantil rica, mas politicamente débil.

A decadência intelectual e institucional, tanto na metrópole quanto na colônia, decorre de e simultaneamente reforça esse estado econômico. Portugal chegará ao século XVIII com sua Universidade de Coimbra ainda medieval e com as escolas mantidas, desde 1555, sob o domínio dos jesuítas. A filosofia moderna de Descartes, a ciência física, a matemática, os novos métodos de estudo da língua latina são desconhecidos dos portugueses. O ensino jesuítico, solidamente instalado, continua formando elementos, na corte, dentro dos moldes do *Ratio Studiorum*.

O conflito entre o progresso intelectual europeu e o arcaísmo português gerou numa parte da intelectualidade um clima de insatisfação, criando um novo programa de modernização. Essa manifestação tem seu início no reinado de D. João V. Datam de então a declarada oposição que se fará à cultura representada pelos jesuítas e as primeiras tentativas de renovação

34. Cardim, op. cit., p. 288.

cultural.

A Congregação de S. Felipe de Nery, também chamada de *Oratório* foi a primeira a abrir em Portugal combate à influência pedagógica e cultural dos jesuítas, vulgarizando as obras de Descartes, Bacon, Locke, Gassendi. Em 1746 aparece um edital feito pelos jesuítas, proibindo que se discutam e se ensinem as doutrinas de Descartes, Newton e Gassendi, chamados de hereges³⁵. Nesse mesmo ano aparece o *Verdadeiro Método de Ensinar* de Luis Antônio Verney, da congregação dos oratorianos, que suscitou uma enorme polêmica. Esse trabalho é importante pelas idéias que difundiu nessa época, e das quais germinou, no domínio da instrução, a influência iluminista que desembocaria na reforma de Instrução Pública do Marquês de Pombal, então ministro do monarca D. José I. Esse esforço do Marques de Pombal em transformar a instrução pública foi a primeira tentativa de reformar a mente barroco-jesuítica em Portugal, através de um "método" centrado num sistema pedagógico construído sobre modelos racionalistas franceses e estudados na prática escolar dos padres oratorianos, de tendência cartesiana e jansenista. A reforma de ensino de Pombal teve como mentor o ilustrado Antônio Nunes Ribeiro Sanches, redator das *Cartas à Educação da Mocidade*, de 1750. No campo da poética, o modelo da nova corrente foi Boileau. Sua *Art Poétique*, aceita por Voltaire como "a exposição mais razoável das normas clássicas", foi traduzi-

35. Cf. Cruz Costa, *História das Idéias no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974, p. 43

da já em 1697 pelo quarto Conde de Ericeira.

Em 1759, o Marquês de Pombal, convicto das idéias iluministas, expulsa os jesuítas da colônia e de Portugal, pois a Companhia se fazia um empecilho na conservação da unidade cristã e da sociedade civil, porque detentora de um poder econômico que deveria ser devolvido ao governo e porque educava o cristão a serviço da Ordem Religiosa, e não dos interesses do país e da coroa.

As reformas pombalianas visam a transformar Portugal numa metrópole segundo o modelo da Inglaterra, que já havia entrado para a fase capitalista há mais de um século.

Do ponto de vista educacional, a orientação adotada foi a de formar na metrópole o perfeito nobre, agora negociante; simplificar e abreviar os estudos, fazendo com que um maior número de pessoas se interessassem pelos cursos superiores, propiciar o aprimoramento da língua portuguesa; diversificar o conteúdo das disciplinas, incluindo as de natureza científica, tornando-as mais práticas possíveis. As obras que sustentavam essas inovações eram : *O Verdadeiro Método de Estudar* de Luis Antonio Verney, *A Educação da Mocidade* de Antonio N. Ribeiro Sanches e a *Gramática Latina* da Ordem dos Oratorianos.

Essa reforma também visava ao Brasil, com a expulsão dos jesuítas do país, objetivando adaptá-lo, como colônia, à nova ordem pretendida por Portugal.

Diante de tal fato o caminho a ser tomado foi tirar o maior proveito possível da colônia por uma intensa fiscalização das atividades nela desenvolvidas. Primeiramente separou-se o

aparato material do humano, o nascido na colônia do nascido na metrópole. Quanto à distribuição de cargos de posições superiores, deveriam ser feitas por metropolitano. Isso se deveu em parte às complicações administrativas; as funções de categoria inferior passaram a exigir um pessoal com preparo escolar elementar. Em consequência da demanda da categoria, fez-se necessária a instrução primária, a qual passou a ser dada, não mais no seio da família, mas nas escolas ou classes régias.

Em 26 de junho de 1759 aparece um alvará que procura introduzir uma espécie de administração escolar na colônia³⁶. Citava para cargo de diretor dos estudos, determinava a prestação dos exames para todos os professores que passavam a gozar direito de nobres, proibia o ensino público e particular sem licença do diretor geral dos estudos e designava uma comissão para o levantamento do estado das escolas e professores.

Porém, as dificuldades que existiam na metrópole, quanto à falta de gente especializada e de dinheiro, fizeram-se sentir na colônia de forma muito severa. A primeira dificuldade teve como consequência o fechamento de todas as escolas jesuítas, sem a abertura de outras, e a continuidade de exercício profissional de muitos professores de formação jesuíta. A segunda dificuldade foi minorada no reinado de D. Maria I, quando se aplicaram os recursos vindos da cobrança do subsídio literário, decretado no governo anterior. Mas, ao que parece,

36. Maria Luisa Santos Ribeiro, *História da Educação Brasileira*, São Paulo, Cortez e Moraes, 1979, p. 37

nunca levantou fundos suficientes para o seu objetivo. Dessa maneira, a colônia vem praticamente sofrer uma paralização temporária no seu sistema educacional devido ao confisco dos bens dos jesuítas e, portanto, de suas escolas.

Desta época em diante o ensino secundário passou a ser ministrado nas escolas régias, com professores vindos de Portugal e com aqueles que aqui estavam. Porém, "sem ter pessoal que repusesse os antigos mestres banidos", escreve Carreto³⁷ "as primeiras autoridades régias foram recrutando de qualquer maneira : elementos do clero, frades, monges de diversas ordens religiosas (franciscanos, carmelitas, oratorianos, beneditinos, mercedários, capuchinhos e outros), espalhados pela colônia, como também padres seculares, capelões de engenho e de fazendas e mais alguns letrados pobres, uns coitados desfarrapados que sabiam alguma coisa, inaptos na sua maioria".

Em 1761, instala-se em Portugal o Colégio dos Nobres, a primeira criação pedagógica pombalina a colocar em prática recomendações, como a primazia do português sobre o latim, a necessidade do ensino de línguas vivas, das ciências algébricas e experimentais, dos exercícios físicos, noções práticas etc. É também suscitada por essa renovação pedagógica, uma maior preocupação quanto à ortografia do português. Nota-se uma interessante passagem do alvará de 6 de novembro de 1772, ordenando que "os mestres de ler e escrever e outros, sejam obrigados

37. Samuel Pfromm Neto e outros. *O Livro na Educação*, São Paulo, Primor, 1974, p. 147

gados a ensinar não somente a boa forma dos caracteres, mas também as regras gerais de ortografia portuguesa, e o que necessário for da sintaxe dela"³⁸. Com a secularização das instituições de ensino planejada e realizada em parte pelo Marquês de Pombal e colaboradores, desenvolve-se então o método experimental e o método matemático, valorizam-se o português e as línguas vivas. Verifica-se, enfim, um esforço de ajustamento e integração de idéias no sentido de dotar o poder público dos recursos humanos indispensáveis ao "progresso da nacionalidade".

Com bruscas mudanças da estrutura social, a colocação de Portugal como um mero intermediário da Inglaterra (que desde 1703, com o tratado de Methuen passará a captar todo o ouro do Brasil e a produção vinícola de Portugal) a idéia que começa então a surgir, de que o ciclo de mineração iria constituir num progresso na civilização da Colônia, se não fossem todos esses problemas de ordem contextual, são questões que começam a ser debatidas no Brasil. Em Minas Geraes, entre os letrados, começa a ser fomentada a idéia da independência.

Apesar da influência do iluminismo nas reformas feitas pelo Marquês de Pombal, ainda vamos encontrar no Brasil, em 1790, o conde de Rezende que tomava medida entre os leitores das obras dos enciclopedistas; e em 1794, prendia-se gente no Brasil por crime de enciclopedismo³⁹. Haja vista a influência

38. Manfredo Berger, *Educação e Sociedade*, São Paulo, Difel, 1976, p. 166

39. Cf. Bosi, op. cit.

jesuítica, na colônia, a qual se enraizara por todos os cantos.

Tal era o cuidado com as idéias francesas que "já não bastava os exames dos livros pela mesa censória; os livreiros tinham que apresentar a aprovação ao governo dos catálogos dos livros que importavam e de manifestar aqueles que remetiam para qualquer localidade do reino ou do Brasil. Em Portugal os livros eram examinados principalmente na alfândega e sendo de autor suspeito eram queimados em praça pública, com pregão, pelas mãos dos carrascos⁴⁰.

A temática bucólica e a poesia pastoril das academias do setecentos estão vinculadas ao desenvolvimento da cultura urbana. A literatura classicista, na Europa, foi principalmente urbana; a "revolução industrial" transforma o campo num bem perdido⁴¹: em pleno prestígio da existência citadina, os homens sonham com uma felicidade passada, forjando a convenção da naturalidade como forma ideal de relações humanas⁴². Alfredo Bosi refere que Voltaire era o ponto maior que apoiava os meios urbanos contra os preconceitos da nobreza e do clero, mas (que) é em Rousseau que o pensamento democrático se alarga, na sua pedagogia intuitiva e na religiosidade natural. Ambos negam o universo hierárquico instaurado pela nobreza e pelo clero desde os fins do século XVI, fundado na liberdade que a natureza e a razão tinham dado ao homem. A burguesia tomará o

40. Cf. Antônio Cândido, *Formação da Literatura Brasileira*, Vol. I, São Paulo, Martins, 1959

41. Cf. Bosi, op. cit.

42. Idem

poder pelo desvio de duas revoluções : a francesa e a industrial, e o nobre ressentido cai no saudosismo, renegando a vulgaridade do comércio e da industrialização⁴³.

Na literatura brasileira do setecentos, as formas renovadoras manifestam-se, freqüentemente, através do *canon* classicista. É ainda o período do genealógico, do heráldico, da educação bacharelesca das elites. Mas é também o momento de Gonzaga e do engajamento pombalino de Basílio da Gama, da sátira política das *Cartas Chilenas*, dos *Desertos* de Silva Alvarenga. Clareza, mitos do homem natural e do bom selvagem, sátira político-ideológica. Literatura brasileira ?

Da implantação do ensino jesuíta no Brasil aos fins do século XVIII, a escola brasileira esteve voltada para as "humanidades", ensinadas a partir ou em discursos "famosos". A vulgata do conhecimento medieval, de raízes greco-romana, passada pelo crivo da censura ideológica (o Estado, a Igreja) era lida, aprendida e proferida segundo o método da imitação, em língua latina.

A Contra-Reforma e o trabalho dos jesuítas não modifica a estrutura do pensamento medieval : reorganiza-o a partir do interesse da fé e de um sistema político e econômico. O ensino gira em torno da Retórica e de um conjunto de textos canônicos.

43. Idem

O método escolar jesuíta provocou, mais marcadamente nesse período (ainda influenciando todo o ensino posterior), sérias conseqüências, tais como a alienação geral aos problemas enfrentados pelos colonizadores; o não sentimento de nacionalidade e de posse de terra, levando a um alheamento das condições político-econômicas da Colônia.

A produção literária desse período é marcada pelas documentações, crônicas, poesias religiosas dos jesuítas e pelos aventureiros encantados com a natureza, e muitas vezes, influenciados pelo mito do bom selvagem.

Esse tipo de pensamento permaneceu dominante até os fins do século XVIII, quando a situação político-econômica despertou o sentido de posse de terra e da nacionalidade, expressa através da produção literária, como a de Cláudio Manoel da Costa e Silva Alvarenga. Que evidentemente permanecia à margem do ensino oficial, ainda voltado para os modelos clássicos medievais.

Começam, na época, a surgir na Colônia as academias que, ao invés de significar um avanço em termos literários, intelectuais, sociais, de conotação política e econômica, se voltam tão somente para aquela literatura geradora de pensamento alienante, em discursos repletos de exaltações a Portugal, ao Rei, às festas religiosas, a Roma, e à Grécia, que remetiam para longe do contexto vivido. Por não haver um contexto social, político, econômico, enfim um contexto histórico próprio, é que nesse período ainda não se produz literatura no Brasil com características próprias.

II - LITERATURA, DISCIPLINA ESCOLAR. DA "ERA DAS REVOLUÇÕES" À "ERA DO CAPITAL"

A disciplina *Literatura Nacional* aparece, com este nome, pela primeira vez, numa reforma de ensino em 1862, juntamente com a disciplina denominada, também pela primeira vez, de *Português*. Mas já havia surgido na escola paralelamente ao começo do grande surto literário da segunda metade do século XIX, e com razoável produção literária, desde a segunda metade do século XVIII. Pode-se ter uma visão retrospectiva de seu desenvolvimento como disciplina na escola através do seguinte esquema :

DATA	DECRETO	NOME DA DISCIPLINA
01/02/1862	nº 2883	Literatura Nacional
1870 Reforma: Paulino de Souza	nº 4468	História da Literatura em Geral
1876 Reforma: José Bento da Cunha Figueiredo	nº 6130	Literatura Nacional
1878 Reforma: Carlos Leôncio de Carvalho	nº 6884	Literatura Nacional
25/03/1881 Reforma: Barão Homem de Melo	nº 8051	Literatura Nacional
09/11/1890 Reforma: Benjamin Constant	nº 981	História da Literatura Nacional

Embora a disciplina Literatura tenha sido, em 1862,

oficialmente colocada no programa escolar, já havia aparecido na reforma de Euzébio de Queiroz, poucos anos antes (1855), dentro do conteúdo da disciplina denominada *Eloquência Prática*, em *Quadros da Literatura Nacional*. Em 1854, aparecera na Reforma Marquês de Olinda, inserida na disciplina *Retórica e Poética*, em *História da Literatura Portuguesa e Nacional*.

A disciplina, entretanto, embora não institucionalizada, já existia na escola brasileira, sob o nome de Retórica ou de Poética.

A Língua Portuguesa aparece oficialmente desde 1838 :

DATA	DECRETO	NOME DA DISCIPLINA
1838		Gramática Nacional e Gramática Geral
1841 Reforma: Antônio Carlos		Gramática Geral
1854 Reforma: Marquês de Olinda		Gramática Nacional
1855		Gramática Nacional
1862	nº 2883	Português
1870 Reforma: Paulino de Souza	nº 4468	Português
1876 Reforma: José Bento da Cunha	nº 6130	Português
1878 Reforma: Carlos Leôncio de Carvalho	nº 6884	-----
25/03/1881	nº 8051	Português
09/11/1890 Reforma: Benjamin Constant	nº 981	Português

Tentar-se-á, neste capítulo, seguir os diversos avatares da disciplina, no período que vai da chegada da família real ao Brasil ao fim do século XIX. Paralelamente, far-se-á uma ligação com os diversos movimentos literários que percorrem o país e com a infra-estrutura política, econômica e social.

1. REVOLUÇÃO E ROMANTISMO

Com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, a vida literária e intelectual da Colônia começa a se reanimar, com consequência de transformações sociais, econômicas e políticas, que visam a uma nova organização administrativa. Nomeiam-se titulares e ministros, estabelecendo-se quase todos os órgãos de administração pública na cidade do Rio de Janeiro e em algumas capitanias. Dá-se o desenvolvimento urbano em Vila Rica, Salvador, Recife e principalmente no Rio de Janeiro, que contava na época com 45 000 habitantes e que recebia com a corte mais de 25 000 pessoas.

Em 1808, cria-se a Imprensa Régia, o primeiro jornal, *A Gazeta do Rio de Janeiro*, a Academia Militar, o Curso de Cirurgia e o de Economia, ambos na Bahia. Em 1809, é criado o Curso de Medicina no Rio de Janeiro; em 1810, funda-se a Biblioteca Pública (franqueada ao público em 1814) e o Jardim Botânico, no Rio de Janeiro. Em 1812, cria-se a primeira revista, *Variações ou Ensaíos de Literatura*, no Rio de Janeiro; inauguram-se o Curso de Agricultura, com estudos de Botânica, na

Bahia, e o Laboratório de Química no Rio de Janeiro. Em 1813, cria-se a revista *O Patriota* no Rio de Janeiro e o curso de Agricultura, também no Rio. Em 1816, é contratada uma missão de artistas franceses, e é criada a Escola de Serralheiros e Oficiais de Lima e Espingardeiros, em Minas Gerais. Em 1817, cria-se o Curso de Química com estudos de Química Industrial, Geologia e Mineralogia. Em 1818, é criado o Curso de Desenho Técnico, na Bahia, e o Museu Nacional, no Rio de Janeiro.

Pelas condições imediatistas que presidiram a formação da corte, os cursos citados se desenvolveram em organizações isoladas, ou aulas régias, pois tinham como objetivo a profissionalização. Isso aparentemente apresentou uma espécie de ruptura com os vínculos jesuíticos, mas a influência do *Ratio* ainda permaneceu por muito tempo. O tratamento dado aos estudos tinha um caráter mais "literário" que científico.

Nesta época, a importância do curso primário cresce porque a corte necessitava de pessoal para pequenos cargos burocráticos, que soubesse ler e escrever. O mesmo aconteceu com o curso secundário, através da fundação de mais "aulas régias" que já existiam no período colonial. No curso primário, permanecia a estrutura das escolas de ler e escrever, enquanto que no secundário vigorava o sistema de aulas isoladas, ministradas por diferentes professores, em diversas localidades. Nesse período, não passavam de mais de 60 as "cadeiras" primárias, enquanto eram criadas 20 cadeiras de Gramática Latina e outras de Matemática Superior (em Pernambuco, 1809), de Desenho de História (em Vila Rica, 1817), de Retórica e Filosofia (em Pa

racatu, Minas Gerais, 1821) e uma de Inglês e outra de Francês (no Rio de Janeiro). A metodologia empregada nas aulas régias continuava a basear-se no *Ratio Studiorum*.

Apesar do desenvolvimento do setor administrativo, o Brasil ainda vivia sob a influência do sistema escolar de ensino jesuítico, voltado para os códigos medievais e ignorando o progresso científico da época. Contudo, já então se fazia sentir a influência de idéias literárias e filosóficas, vindas da França e da Inglaterra, marcadas pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial.

Em 1822, o movimento de independência assegurava no poder uma classe que, embora impregnada de idéias - força da burguesia ocidental, vivia sob contradições ideológicas : ilustração-reação; razão-retórica; pombalismo-jesuitismo. Características que impregnam a produção literária e emergem na obra de autores como Hipólito da Costa, Cayru, Frei de Mont'alverne, Frei Caneca, Evaristo da Veiga. É o liberalismo e o ecletismo filosófico que acabam por conquistar os eruditos do país, uma vez que condiziam com seus ideais monárquico-constitucionalistas, permitindo a conciliação das novas idéias com as correntes do passado, favorecendo os interesses dos moderados, que propugnavam "uma Constituição sem Revolução".

Em 1834, logo após a abdicação de D. Pedro I, é decretado um ato adicional de orientação descentralizadora, que dá maior autonomia às Províncias. Segundo o artigo 1º deste decreto, competiria "às mesmas assembléias (legislativas provinciais) legislar (...) sobre instrução pública e a estabeleci

mentos próprios e promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem criados por lei geral".

Este ato adicional, muito marcado pelo ecletismo filosófico, representou um compromisso entre as tendências radicais e os ideais conservadores. Manteve a vitalidade do Senado e rejeitou a autonomia municipal, contendo, entretanto, as medidas descentralizadoras e democráticas consagradas pelo Código do Processo Criminal de 1832, o qual extinguiu o Conselho de Estado e criou as Assembléias legislativas Provinciais, conferindo-lhes importantes atribuições. Instituíam-se, assim, uma aparente dualidade de competências que possibilitava a criação, em cada província, de dois sistemas paralelos de ensino, o provincial e o geral. Mas, apesar da tentativa de descentralização, continuaram os Poderes Gerais a manter por muito tempo o controle do ensino secundário em todo o país. Tanto que, após esse ato adicional, a atuação dos poderes gerais no que concerne o ensino primário e secundário limitou-se quase exclusivamente ao município da corte, e não se criaram por leis gerais quaisquer estabelecimentos desses níveis nas províncias.

Finalmente, em 1835, 27 anos após a vinda da corte para o Brasil, foram criadas em Niterói (1835), na Bahia (1836), no Ceará (1845) e em São Paulo (1846), as primeiras escolas normais, com cursos de no máximo dois anos e nível secundário, com o objetivo de melhor preparar o corpo docente das escolas.

Quanto à instrução secundária, as aulas avulsas, também chamadas de aulas régias proliferavam, sem a devida fiscalização e sem nenhuma unidade de pensamento. Nessa época, deveriam chegar a uma centena, centradas no estudo de latim, da retórica e da filosofia, de geometria, do francês e do "comércio". Foram, porém, desaparecendo com o tempo, porque não ministravam todas as disciplinas necessárias aos exames preparatórios e pela dificuldade que os alunos enfrentavam na locomoção às residências de professores. Além disso, em decorrência dos numerosos encargos que sobrecarregaram os mestres, como a limpeza e a conservação do local onde funcionavam as aulas o número de alunos foi decrescendo. Esta situação veio a provocar a procura desses professores por pessoas que não tinham condições de ingresso no curso superior e que queriam ter algum elemento de cultura literária, ou então a procura por aqueles que precisavam esperar uma oportunidade financeira para ingressar nas faculdades.

Contudo, a organicidade dos estudos secundários ainda era mantida segundo a tradição jesuítica nuns poucos seminários como o da Serra do Caraça, fundado em 1820 pelos lazaristas.

Na tentativa de se criar alguma organicidade, o governo cria os liceus provinciais que na prática não passaram da reunião das aulas avulsas num mesmo prédio, como o Ateneu, no Rio Grande do Norte (1836), os liceus da Bahia e de Pernambuco (1837) e o Colégio da Corte, que se transformava de Seminário São Joaquim em Colégio D. Pedro II, tendo como objetivo ser

colégio padrão de ensino.

Pelo regulamento de 31 de janeiro de 1838, foram introduzidos no Pedro II, a exemplo dos colégios franceses da época, os estudos simultâneos e seriados, organizados em cursos regulares de seis a oito anos. Esses estudos tinham como disciplinas as línguas latina, grega, francesa e inglesa, a gramática nacional e a retórica, a geografia e a história, as ciências naturais, as matemáticas, a música vocal e o desenho. Nota-se que a integração dessas disciplinas no Colégio D. Pedro tem como ponto de partida as idéias francesas liberais fundamentadas no ecletismo. Por tradição, mantinha-se o latim, mas pela primeira vez, consta do currículo o estudo da gramática nacional. Não temos dados de como essa gramática era ensinada, mas pode-se supor que sua metodologia não diferia da anteriormente usada nas aulas régias.

Aos bacharéis em letras formados pelo Colégio Pedro II, era conferido o direito de se matricular em qualquer das faculdades do Império, independente do exame de ingresso, pelos quais tinham que passar os que frequentavam as aulas régias, ainda existentes.

O Colégio Pedro II, "padrão de ensino no país", costuma ser citado em todas as reformas oficiais de ensino, até meados do século XX. O Pedro II teve sua origem da provisão de 8 de junho de 1739, do Bispo D. Frei de Guadalupe, que criou o Seminário dos Órfãos de São Pedro, depois Seminário de São Joaquim. Sob a inspiração de Bernardo de Vasconcelos, e na regência de Araújo Lima, transformou-se - a 2 de dezembro de

1837 - no estabelecimento de ensino secundário existente até hoje. Seguir a história de suas sucessivas reformas é um pouco seguir o pensamento oficial no que se refere a uma determinada concepção de ensino.

Pelo regulamento nº 8 de 31 de janeiro de 1838, há, no Colégio, um predomínio das letras clássicas. Em 1841, o então ministro do Império Antônio Carlos reforma o Estatuto do Colégio com um acentuado exagero nos estudos simultâneos, já presentes na reforma anterior. Novamente se marca a predominância dos estudos literários. O Latim figurava em todas as séries do curso. A classe de gramática nacional remetia ao estudo da "norma portuguesa". Somente na reforma posterior se tem conhecimento de compêndio usado para tal disciplina. O decreto também nada menciona a respeito de Retórica e Poética, disciplinas do 6º e 7º anos.

Pela Reforma Antônio Carlos, o aluno que iniciava seus estudos nos colégios devia cursar 6 disciplinas e cumprir, no 7º, um currículo verdadeiramente enciclopédico, que incluía Grego, Latim, Alemão, Inglês, Francês, Retórica e Poética, além de outras disciplinas, como Cronologia e Zoologia Filosófica...

Durante a década de 1840 a 1850, reina na Corte D. Pedro II, "imperador professor" e tipicamente burguês. De 1848 é o *Manifesto do Partido Comunista*; é também o ano em que a Europa é sacudida por uma onda de revoluções que fecham o que o historiador marxista Eric Hobsbawn chamou de "Era das Revoluções". Estas revoluções, que ocorrem na França, na Alemanha,

na Itália, nos pequenos principados de opereta, e até em Pernambuco.

"tiveram muito em comum, não apenas pelo fato de terem ocorrido quase simultaneamente, mas também porque seus destinos estavam cruzados, todas possuíam um estilo e sentimento comuns, uma atmosfera curiosamente romântico-utópica e uma retórica similar, para o que os franceses inventaram a palavra *quarente-huitard*". 1

Deveriam ter sido, como escreve Hobsbawn, revoluções burguesas, mas a burguesia delas fugiu, preferindo a estabilidade. Todas fracassaram, "deixando pouco, exceto mito e promessa"². Mas abrem uma nova era, a "Era do Capital". E "deixaram claro que a classe média, o liberalismo, a democracia política, o nacionalismo e mesmo as classes trabalhadoras eram, daquele momento em diante, presenças no panorama político"³.

No Brasil, deixa de existir a proximidade entre centro econômico e centro político, conseguido com a transferência da capital para o Rio de Janeiro. Os problemas são aprofundados pela posterior decadência da mineração e da agricultura tradicional.

Com a extinção do tráfico de negros, em 1850, libertam-se grandes capitais. Para investidores estrangeiros é transferida a responsabilidade de criação e funcionamento dos serviços públicos, como o transporte. Segundo Florestan Fernandes, em *A Revolução Burguesa no Brasil*, as cidades passam a ser po

1 . Eric Hobsbawn, *A Era do Capital (1848-1875)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 33

2 . Idem, p. 43

3 . Idem, p. 46

los de crescimento capitalista interno, promovendo uma reorganização no sistema, fazendo surgir uma categoria econômica de relativa importância (os assalariados); como também uma atração sobre um significativo contingente populacional de rendas altas e médias. É o período em que se constitui o Banco do Brasil e se abre o tráfego com a Estrada Central do Brasil⁴.

Em 1854, é criada a Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte, órgão ligado ao Ministério do Império e destinado a fiscalizar e orientar o ensino público e particular, dos níveis primário e médio. Os Exames Gerais e Preparatórios, instituídos na Corte, passam a selecionar os candidatos ao exercício de magistério público e particular. Em 1853, Domingos Gonçalves de Magalhães - seus *Suspiros Poéticos e Saudades* haviam introduzido, oficialmente, o Romantismo no Brasil - era escolhido para secretário de Caxias na Província do Rio Grande do Sul, de onde mais tarde viria para o Parlamento Imperial.

Vindo de Paris com Gonçalves de Magalhães, o Romantismo não foi, no Brasil, como na Europa, a expressão da burguesia triunfante. "Aqui, teria de condicionar-se, muito ao contrário, à aliança existente entre uma fraca burguesia e a classe dos proprietários territoriais. (...) Não será, pois, no Brasil, a expressão burguesa por excelência, mas a expressão da classe territorial, na sua fase de urbanização, a que a bur

4 . Cf. Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar, 1975

guesia se atrela, concorrendo com as suas identificações"⁵.

Os leitores de romance, no período, são os profissionais liberais ou os (as) devoradores (as) da já existente cultura de massa : os folhetins franceses (ou ingleses), largamente difundidos a partir de 1830 e 1840. É a evasão que se busca nas obras de Alencar, Bernardo Guimarães, Franklin Távora, Tainy.

Um decreto de 1854 dividiu o Colégio Pedro II em Internato e Externato. Amplia-se para quatro anos a duração do *Curso Especial*. Os quatro primeiros anos seriam comuns e a partir deles haveria uma bifurcação : os aspirantes a bacharéis fariam mais três anos e os candidatos da primeira classe um quinto ano especial. O curso de *Retórica e Poética*, no 7º ano, comportava a análise e crítica dos clássicos portugueses e, na melhor tradição da pedagogia dos jesuítas, composição de discursos, narrações, declamações. E incluía história da literatura portuguesa e nacional.

Na Reforma de 1856, houve uma divisão em dois cursos distintos e o título de Bacharel em Letras seria concedido aos alunos que completassem os dois ciclos, num total de sete anos. Deu-se maior desenvolvimento à gramática de língua nacional e à leitura e recitação do português. Adotaram-se os livros de Paula Menezes : *Quadros da Literatura Nacional* no 7º ano e *Lições de Literatura* no 6º e a *Gramática da Língua Nacional*, de

5 . Nelson Werneck Sodré, *História da Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964, p. 207

Cyrillo Dilermando, no 1º ano da 1ª série.

Em consequência do malogro do curso especial instituído na Reforma de Couto Ferraz, temos, em 1862, uma nova reforma que é, segundo alguns autores, de caráter reacionária.

Reorganizam-se novamente as matérias num curso único de sete anos destinado a conduzir os alunos aos estudos superiores. Essa reforma, que teve como decreto o de nº 2883 de 1º de fevereiro de 1862, ampliou ainda mais o estudo do idioma nacional, do latim, do grego e do francês, reduziu o estudo da Física, Química e Ciências Naturais a noções gerais, distribuídas em duas aulas : sendo uma no quinto ano e uma no sétimo ano. Desdobrou os estudos históricos, criando um curso especial de História Romana no 3º ano e distribuindo por duas séries (4º e 5º anos) a História da Idade Média, sendo facultativos o Desenho, a Música, a Dança, a Ginástica, o estudo das línguas alemã e italiana. Esta Reforma deveria vigorar até 1870.

No período compreendido entre 1848 e 1875, "a ciência passa a ser o centro de uma ideologia laica do progresso". A partir de 1870 imperam, de forma definitiva, o positivismo, o evolucionismo. Na Europa, é o momento do naturalismo e Emile Zola poderia escrever, em 1879 : "La République sera naturaliste ou elle ne sera pas"⁶. A Comuna de Paris é de 1870. A vulgarização da ciência moderna passa por Comte, Spenser, Darwin, Haeckel,

6 . Emile Zola, *La République et la Littérature*, cit. por Arnold Hauser, *Historia Social de la Literatura y el Arte*, vol. III, Madrid, Guadarrama, 1968.

que foram os mestres de Tobias Barreto, Sílvio Romero e Capistrano de Abreu. E ainda seriam, no fim do século, os mestres de Euclides da Cunha, Clóvis Beviláqua, Graça Aranha e Medeiros de Albuquerque⁷.

A derrota da França pelos prussianos, em 1871, e a proclamação da Terceira República não tiveram consequências imediatas no Brasil, mas são episódios que irão influenciar o Manifesto Republicano e o germanismo da Escola do Recife, que revelou ao Brasil as novas tendências da filosofia alemã.

É de 1870 o decreto nº 4468, assinado pelo Ministro do Império Paulino de Souza, e que reforma os estudos do Colégio Pedro II, dando maior desenvolvimento ao ensino das Ciências Físicas e Naturais. Atribuindo maior importância ao estudo do vernáculo, limitou as exigências quanto aos estudos literários.

A disciplina Português aparece no primeiro ano subdividida nos estudos de gramática, análise lógica e gramatical, exercícios de leitura, recitação e ortografia; no segundo ano reaparece como gramática, análise lógica e gramatical, leitura de autores clássicos, recitação e exercícios de redação; já no terceiro ano o português se subdivide em preleções sobre a índole da língua, notícia histórica sobre a sua formação e progresso, leitura dos clássicos, recitação, exercícios de redação e composições. No sexto ano aparece a retórica e a poética, subdividindo-se em *leitura e apreciação literária dos melhores clássicos da língua portuguesa, exercícios de estilo, e*

7 . Cf. Bosi, op. cit.

no sétimo ano aparece a história da literatura em geral, abrangendo o estudo da literatura portuguesa e nacional, composição de discursos, narrações e declamações.

Sentindo as insuficiências do curso primário, essa reforma teve como um de seus objetivos, suprir com o primeiro ano do curso médio as dificuldades que os alunos carregavam para o curso médio e superior, passando o primeiro ano a ser chamado de primeiro ano elementar. Essa reforma instituiu os exames finais por disciplina, realizados em diferentes momentos do curso ao encerramento de cada matéria, e com aprovação de tais exames, esses seriam reconhecidos para fins de matrícula nos cursos superiores, e tinham os mesmos direitos que os efetivos perante a inspetoria geral da instrução pública. Em 1871, cria-se pela primeira vez no Brasil um cargo oficial de Professor de Português, pelo Decreto Imperial de 23 de agosto.

Nova Reforma de Ensino em 1876 : seu objetivo é facilitar os estudos requeridos para matrícula nas faculdades (Decreto nº 6130, de 1º de março de 1876). Disposições que reduzem o Colégio Pedro II a curso de preparatórios. O título de Bacharel em Letras torna-se desnecessário aos que buscam os cursos superiores. Após cinco anos de estudos, os alunos estariam em condições de se matricular em qualquer das Faculdades ou Academias do Império, independentemente de novas provas. É nessa época que a *Cartilha Maternal* passa a ser usada como livro didático.

Dois anos mais tarde, o Decreto nº 6884, de 20 de abril de 1878 alterava fundamentalmente a estrutura do Colégio,

preparando a ampliação dos preparatórios exigidos para ingresso nas faculdades para o âmbito geral dos estudos secundários no país. Essa Reforma parece não ter vigorado e é a de 1881 que irá vigorar até o fim do Império. É nesse período que começa, por falta de compêndios, o uso de apostilas ou seletas, e a prática de ditá-las em aula.

A geração que se forma neste período, filha de senhores de engenho e da burguesia de comerciantes e burocratas, busca as Faculdades de Direito, as Escolas Técnicas e Militares. É marcada por ideais democráticos e prepara o advento da República.

2. "FIN DE SIÈCLE" E DEPOIS⁸

Militares, médicos, advogados : a República reflete os "ideais" e o papel da nova burguesia. A "ciência" e a ideologia positivista parecem ser a resposta à velha retórica. Depois da geração anti-romântica de 1870, o naturalismo na ficção e o parnasianismo na poesia : "linguagem ornada" dos profissionais liberais, poesia acadêmica; estilo, no dizer de Bósi, das camadas dirigentes da burocracia culta e semi-culta⁹.

O Simbolismo, do qual emerge toda a poesia moderna,

8 . Tomamos este título ao volume VI da *História da Literatura Ocidental*, de Carpeaux. Com ele, procura-se abarcar o período histórico que vai de 1886, mais ou menos (data do "Manifesto Simbolista" de Moréas), a 1914, mais ou menos - data que marca, do ponto de vista das significações, o verdadeiro fim do século XIX.

9 . Cf. Bósi, op. cit.

foi, no Brasil, um momento de reação, logo sufocado pela geração de poetas neo-parnasianos, "fenômeno", segundo Carpeaux, "particular da literatura brasileira. Aqui, e só aqui fracassou o simbolismo, e por isso o movimento poético precedente sobreviveu, quando já estava extinto em toda parte do mundo"¹⁰. Ainda em 1881, o poeta Martins Jr. podia escrever estes versos em homenagem a Auguste Comte :

"Vendo atrás Simon, Burdin, Turgot
E Kant e Condorcet e Leibniz - voou
Ele pra cumeada elétrica da Glória
Após ter arrancado ao pêlago da História
A vasta concha azul da Ciência Social!"

Como diria Alfredo Bosi, que cita a passagem, "nunca os velhos românticos desceriam tanto"¹¹.

O equacionamento dos problemas do ensino secundário realizado pelos homens do Império seria aproveitado na primeira reforma da República : a 8 de novembro de 1890, o decreto nº 981 assinado pelo então Ministro da Instrução Pública Benjamin Constant de Magalhães, reformava o Colégio Pedro II, que passava a ser denominado Ginásio Nacional. Houve, então, a extinção dos exames parcelados ou preparatórios, previsto pelo decreto e que conferia exclusivamente aos exames de madureza realizados no Ginásio Nacional e aos Estabelecimentos provinciais que a ele se equiparassem, a tarefa de julgar das habilitações do candidato aos cursos inferiores.

10. Otto Maria Carpeaux, *Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, Letras e Artes, 1964, p. 247

11. Bosi, op. cit., p. 245

Essa reforma tinha como objetivos orientadores a liberdade e a laicidade do ensino, como também a gratuidade da escola primária. Atingiu, por força da descentralização reinante, a instrução pública primária e secundária do Distrito Federal e a instrução superior artística e técnica em todo Território Nacional.

A escola primária ficava organizada em duas categorias, de primeiro grau para crianças de 7 a 13 anos e segundo grau para crianças de 13 a 15 anos. A secundária tinha duração de 7 anos.

"No nível superior afetou o ensino politécnico, o de direito, o de medicina e o militar. Fundamentou a formação educacional na ciência, rompendo com a tradição humanística clássica, responsável pelo academismo dominante. A predominância literária deveria ser substituída pela científica e, portanto, foram introduzidas as ciências, tais como eram apresentadas por Comte: matemática, astronomia, física, química, biologia, sociologia e moral. Mas, não respeitou a idade cronológica dos alunos para ingresso aos estudos científicos, pois a criança deveria receber uma educação, segundo consta, primeiramente baseada na poesia, na música, no desenho e nas línguas; e somente depois dos 14 anos, recomendava ele o ensino das ciências" 12.

Deste modo instituiu-se o programa de estudos do Ginásio Nacional da seguinte forma : "o curso integral de estudos do Ginásio Nacional será de 7 anos, constituído das seguintes disciplinas obrigatórias : Português, Latim, Grego, Francês, Inglês ou Alemão, Matemática, Astronomia, Física, Química, História Natural, Biologia, Sociologia e Moral, Geografia, Histó

12. Cf. Haidar, op. cit., p. 280

ria Universal, História do Brasil, Literatura Nacional, Desenho, Ginástica, Evoluções Militares e Esgrima e Música. O aluno poderia escolher uma língua (Inglês ou Alemão), para cursar e fazer exame.

Segundo o programa de estudos os "compêndios e livros adotados para as aulas serão propostos pelos lentes, estudados cuidadosamente por uma comissão eleita pela congregação e submetida com os pareceres da mesma congregação e do Reitor Presidente à decisão do Conselho Diretor de instrução, o qual resolverá definitivamente, mandando executar o que mais convier". . No primeiro e segundo anos, o Português aparece como disciplina; no terceiro, quarto e quinto anos já como *revisão*, e no 7º ano aparece a História da Literatura Nacional.

No ano de 1890, criou-se o *Ministério da Educação, Correios e Telégrafos*, que teve a duração de apenas 1 ano. Após essa tentativa, o Ministério da Justiça encarregou-se dos assuntos referentes ao sistema educacional. Segundo Fernando de Azevedo, os "reformadores" de 1889 não tinham conhecimentos exatos da doutrina de Comte. Mas, pela primeira vez, as Ciências Naturais foram introduzidas como matéria obrigatória do currículo da escola primária, assim como a Álgebra, a Geometria e a Física no ensino secundário.

Data do final desse século o aparecimento do ensino feminino em nível secundário, como resultado de iniciativa particular.

No primeiro ano do novo século, surge uma outra reforma de ensino, a Reforma Epitácio Pessoa, pelo decreto nº 3890

de 1º de janeiro de 1901, que vem instituir um código para o ensino superior e secundário, "tendo como objetivo do ginásio nacional proporcionar a cultura intelectual necessária para matrícula nos cursos de ensino superior e para a obtenção do grau de bacharelado em Ciências e Letras. O externato e o internato do Ginásio Nacional regeram-se ambos pelo código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário e por este regulamento, e os seus lentes formaram uma só congregação, que seria presidida em anos alternados por cada um dos diretores".

No Internato havia "mais, e só com intuito higiênico, o ensino da ginástica".

Entra com as disciplinas oficiais o Alemão, figurando também como uma disciplina obrigatória o Português, que aparece até no 4º ano e a Literatura no 5º e 6º anos. Os programas de ensino deveriam ser regulados por programas organizados trienalmente por uma congregação formada conforme o artigo 51, número II e artigo 9º desse mesmo código.

O estudo da Gramática Portuguesa nos primeiros anos deveria "revestir-se de maior simplicidade e limitar-se ao que era estritamente indispensável para que o estudante tivesse a elocução exata : gramática descritiva ou prática".

Os estudos propostos para a Gramática confirmam a concepção oficial do que seria a língua, e que sempre separou forma e conteúdo : *exercícios graduados de redação "do pensamento", leitura de prosadores e poetas - com a finalidade de familiarizar o aluno com termos e expressões idiomáticas, figuras, etc.* Outro dispositivo ignora totalmente o que seriam os

registros da linguagem, e volta a encarar o discurso como simples veículo de verdades, ocasionalmente ocultas ou veladas por uma camada "retórica" : *redução de prosa literária a linguagem vulgar; de verso em prosa literária ou vulgar...*

Passava-se, do primeiro ao último ano, da Gramática Histórica a exercícios e lições que permitissem ao aluno "falar e exprimir-se corretamente por escrito na língua materna", mas propiciando-lhe, também, o conhecimento *dos mais vernáculos prosadores e poetas brasileiros e portugueses*. Já se falava na necessidade do estudo de outras literaturas, que mais diretamente influíram na formação do desenvolvimento da literatura em língua portuguesa.

Por volta de 1904, acirra-se o debate entre professores inovadores, partidários dos métodos de leitura analítica (ou global) e os tradicionalistas.

Em 1911, outra reforma de ensino : a chamada *Ridá-ria Corrêa*, pelo decreto nº 8659 de 5 de abril do mesmo ano, a qual aprovava a lei orgânica do ensino superior e do fundamental na República.

Os Institutos que eram subordinados ao Ministério do Interior passaram a ser condiserados corporações, tanto do ponto de vista didático, como do administrativo, devendo ser chamado novamente de Colégio Pedro II, limitar-se à condição de Colégio de preparatórios para as Academias, tornando-se de caráter mais científico, como se verifica no artigo 1º do decreto nº 8660 : "O Colégio Pedro II tem por fim proporcionar uma cultura geral de caráter essencialmente prático, aplicável a todas

as exigências da vida, e difundir o ensino das ciências e das letras, libertando-o da situação de curso preparatório". As matérias eram lecionadas em 6 anos, divididos em 2 secções.

O aluno poderia optar novamente pelo estudo do Inglês ou do Alemão, mas o estudo do Francês era obrigatório. O Português aparece como disciplina nas 4 primeiras séries e a disciplina Literatura não consta desse currículo. Porém, o estudo da Gramática Portuguesa, segundo consta da referida reforma, resumia-se no seguinte :

"nas primeiras séries será descritivo ou prático. O trabalho do aluno se desenvolverá com o auxílio de exercícios em que a leitura, a dicção e o pensamento e a redação se aperfeiçoem gradativamente. O emprego dos vocábulos, a redução da prosa literária à linguagem comum, a transformação do verso em prosa literária ou vulgar, as composições variadas e sucessivamente mais difíceis, que versarão sobre conhecimentos adquiridos ou assuntos de literatura portuguesa e de literatura nacional, explicados anteriormente, fornecerão o ensino para o aprendizado do vernáculo. A gramática histórica constituirá objeto da 4.^a série. Em suma, o estudo do Português e de sua Literatura se fará de forma que o aluno ao terminá-lo não só esteja apto a exprimir-se oralmente por escrito com correção, mas também conheça o movimento literário clássico e contemporâneo de Portugal e do Brasil".

Seguiu-se, 4 anos depois, uma outra reforma de ensino no secundário : a chamada Reforma de Ensino Carlos Maximiliano, pelo decreto 11530, de 18 de março de 1915 - reorganizando o ensino secundário e superior da República. O Internato e o Externato, conforme a reforma anterior, "se fará em 5 anos, suficiente para ministrar aos estudantes sólida instrução fundamental, habilitando-os a prestar em qualquer Academia rigoroso

exame vestibular".

1915. O primeiro conflito mundial. Dois anos antes, o poeta Apollinaire havia escrito, num texto que inaugurava a poesia da modernidade :

*"A la fin tu es las de ce monde ancien
Bergère ô tour Eiffel le troupeau des ponts bête ce matin
Tu en as assez de vivre dans l'antiquité grecque et romaine
Ici même les automobiles ont l'air d'être anciennes"*

III - A ÉPOCA DA "CULTURA DE MASSA"

1. ENTRE GUERRAS

Arnold Hauser lembra, em sua *Historia Social de la Literatura y el Arte*¹ que as raízes das correntes estéticas do século XX encontram-se no período que o precede: o cubismo em Cezanne e nos neoclássicos; o expressionismo, em Van Gogh e Strindberg; o surrealismo em Rimbaud e Lautréamont. Mas a estética do novo século está indissoluvelmente ligada ao colapso do capitalismo, às suas contradições internas e à crise que iria explodir em 1929, com a "quebra" da Bolsa, nos Estados Unidos.

É durante a Guerra de 14-18 que ocorre a primeira greve geral em São Paulo. O Partido Comunista Brasileiro é de 1922 : sua duração legal será de apenas quatro meses, em virtude do Estado de Sítio decretado logo a seguir. Cresce uma nova classe : a pequena burguesia, composta de funcionários públicos, empregados do comércio, militares e intelectuais. A crescente industrialização das cidades coloca problemas para o setor médio da população. É diante deste quadro que se coloca o intelectual brasileiro dos anos 20. É neste contexto que se realiza a grande Revolução Modernista de 1922.

1 . Arnold Hauser, *Historia Social de la Literatura y el Arte*, 3 vol., Madrid, Guadarrama, 1968, p. 276

É neste quadro, também, que aparece a Reforma de Ensino de 13 de janeiro de 1925. O § 6 de seu Art. 47 propõe que "no ensino da língua materna, da literatura, da geografia e da história nacional darão os professores como temas para trabalhos escritos assuntos relativos ao Brasil, para narrações, descrições e biografias dos grandes homens em todos os ramos da atividade, relacionando os trabalhos orais, entre as produções literárias dos autores nacionais, as que estiverem mais ao alcance ou mais possam interessar aos alunos para desenvolver-lhes os sentimentos de patriotismo e de civismo.

Serão excluídas por seleção cuidadosa as produções que, pelo estilo ou doutrinação incidente, diminuam ou não despertem os sentimentos constitutivos dos caracteres bem formados. A ginástica se realizará no Internato do Colégio D. Pedro II"².

Fica muito clara, neste artigo, a função que se confere ao ensino da literatura. As "Belas-Letras" serão veículo de valores morais ou elemento formador do sentimento de nacionalidade ou não serão. Cumpre lembrar que, desde 1910, a literatura didática brasileira estava "enriquecida" pelo famoso *Tratado de Versificação* de Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac, autor, em 1917, de *A Defesa Nacional* e propagandista do serviço militar obrigatório.

A intelectualidade da década de 1930 está ideológica

2 . Citado por Santos Ribeiro, op. cit., p. 203

mente dividida. O termo *massas* - rebelião das massas, democracia das massas, sociedade de massas - começa a ser usado cada vez com maior insistência. Lúcidas análises serão realizadas na Alemanha, embora de cunho elitista. As melhores são, evidentemente, as de Walter Benjamin, que detecta, com o aparecimento da "reprodução técnica"³ uma nova percepção do objeto estético e a necessidade de repensar o próprio conceito de "arte". O aparecimento do cinema, do rádio, inauguram um novo período da história da cultura. A "direita" prepara o advento das diversas formas de fascismo contemporâneo, aderindo às idéias de Barrès, Charles Maurras, Ortega y Gasset, Chesterton, Spengler, Klages.

Uma Reforma de Ensino de 1931 continua a ignorar as transformações por que passa o mundo. A Constituição de 1934 - atendendo sobretudo a reivindicações de reformadores e católicos - dá bastante ênfase à educação. Pelo capítulo 1 do art. V, XIV, passa à competência da União fixar as diretrizes da educação nacional. Aos Estados, segundo esse artigo, competia organizar e manter os seus sistemas educacionais, "respeitadas as diretrizes definitivas da União". O artigo 152 cria o Conselho Nacional e Estadual de Educação.

Citando Luís Antonio Cunha, Geraldo Bastos Silva⁴ ob-

3 . Walter Benjamin, "A Obra de Arte na Época de Sua Reprodutibilidade Técnica", in *Teoria da Cultura de Massa* (Luiz Costa Lima, org.), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978

4 . Geraldo Bastos Silva, *Introdução à Crítica do Ensino Secundário*, Rio de Janeiro, Mec/Cades, 1959, p. 212

serva que a expulsão dos jesuítas do Brasil provocou "uma completa desarticulação dos ensino primário e secundário, que passaram a constituir mais do que níveis diferentes de um mesmo sistema, tipos diferentes de ensino". Instituiu-se o que Fernando de Azevedo chama de organização dual do ensino⁵ : o ensino das primeiras letras, no primário, destinava-se ao "povo" e o secundário visava a preparação das futuras elites. A política centralista do Estado Novo tentará unificar este sistema.

Em 1934, a fundação da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo possibilita, pela primeira vez na história brasileira, a formação de professores para a escola secundária. Mas as propostas da *Escola Nova* serão logo identificadas com o princípio do monopólio de ensino pelo Estado e aproximadas dos "comunistas, cheios de pensamentos perigosos".

"En este período de "democracia de masas", escreve Hauser⁶, "se intenta hacer raclamaciones y exigencias en nombre de grupos cada vez más amplios, de manera que al final Hitler gasta la broma de ennoblecer a la inmensa mayoría de su pueblo".

Sob o Estado Novo, a chamada "Reforma Gustavo Capane ma" reflete, segundo alguns autores, um transplante ideológico nazi-facista na organização escolar. O ensino secundário passa a ser caracterizado como "formador da personalidade" e começa

5 . Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira*, São Paulo, Melhoramentos, 1941, p. 648

6 . Hauser, op. cit., p. 276

a ser ministrado em dois ciclos : 1º - curso ginasial; 2º - dois cursos paralelos : o clássico e o científico, cada qual com a duração de três anos e visando a "consolidação da educação ministrada no curso ginasial". "O curso clássico concorria para a formação intelectual, além de um maior conhecimento de filosofia, um acentuado estudo de letras antigas". Foram estabelecidos dois tipos de estabelecimentos de ensino secundário : o ginásio e o colégio e o serviço de orientação educacional em cada estabelecimento. A disciplina Português aparece em todas as séries do "ginásio"; a Literatura não é mencionada em nenhuma delas.

Segundo Geraldo Bastos⁷, o ensino secundário destinava-se à preparação das novas classes dirigentes, segundo os ideais do Estado Novo. Pelo decreto lei de 9 de abril de 1942, (Reforma Gustavo Capanema), "o estabelecimento do ensino secundário tomará cuidado especial na Educação Moral e Cívica de seus alunos, buscando neles formar como base do patriotismo, a compreensão da continuidade histórica do povo brasileiro, e seus problemas e desígnios de sua missão em meio aos povos (art. 22)". De acordo com o artigo 32, "deverão ser desenvolvidos nos adolescentes os elementos essenciais da moralidade : o espírito de disciplina, a dedicação aos ideais e a consciência de responsabilidade. Os responsáveis pela educação moral e cívica da adolescência terão ainda em mira que é finalidade do ensino secundário formar as individualidades condutoras, pelo

7 . Bastos, op. cit.

esforço de desenvolver nos alunos a capacidade de iniciativa de decisão a todos os atributos fortes da vontade"⁸.

O Latim passa a ser disciplina obrigatória nos quatro anos do ginásio e no curso clássico, onde figura o grego como matéria optativa. Esta Reforma vigora até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases de 1961, a qual, apresentada como projeto em 1948 (sob o governo de General Eurico Gaspar Dutra), seria oficializada somente 13 anos depois.

Autores hoje clássicos em nossa literatura afirmam-se lentamente entre 1930 e 45/50. Surgem a lírica moderna e o romance introspectivo : Drummond, Murilo Mendes, Cecília Meireles, Otávio Faria, Lúcio Cardoso, José Geraldo Vieira, Ciro dos Anjos.

2. A PENÚLTIMA REFORMA

Após o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, realizam-se eleições livres, saindo vitoriosos o programa de Juscelino Kubitschek de Oliveira : "fazer o Brasil progredir 50 anos em 5".

Entre 1956 e 1961, concentram-se os lucros nos setores internos e externos, sem que seja estancado o processo inflacionário. Há um crescente empobrecimento das camadas inferiores. Confunde-se expansão industrial com desenvolvimento nacional. Os episódios que se seguem a este período já são bas

8 . In Bastos, op. cit., p. 295 e 297

tante conhecidos pela consciência nacional.

Depois de um longo debate, são fixadas em 1961 as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sob a lei 4024 de 20/12/61 a qual manteve a estrutura do projeto primitivo e dos substitutos anteriores organizados pela comissão de educação, inserindo um conteúdo que negava em aspectos fundamentais a filosofia que servia de apoio ao trabalho original, indo ainda mais longe do que fora o segundo substitutivo do mesmo órgão, no sentido dos interesses da iniciativa privada e dos desejos da igreja católica.

O ensino primário se manteve por quatro anos e o ensino médio em dois ciclos, o ginasial e o colegial; entre outros, os cursos secundários técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário. Ao Conselho Federal de Educação competiu indicar todos os sistemas de ensino médio, até 5 disciplinas obrigatórias, cabendo aos Conselhos Estaduais de Educação completar o seu número e relacionar as de caráter optativo. Permitiu-se aos estabelecimentos de ensino escolher livremente até duas disciplinas optativas para integrarem o currículo de cada curso. O ciclo ginasial tinha a duração de quatro séries anuais e o colégio de três, no mínimo. Entre as disciplinas e práticas educativas de caráter optativo incluía-se no primeiro e segundo ciclo uma vocacional dentro das possibilidades e necessidades locais. No seu art. 45, no cap. II, a lei ainda diz que "no ciclo ginasial serão ministradas 9 disciplinas".

Podia haver mais de um plano de distribuição de disci

plinas no ciclo ginasial ou no ciclo colegial. Os planos são denominados nos quadros anexos de 1.^a, 2.^a, 3.^a e 4.^a. Atendendo todos os planos às seguintes determinações legais : a) 9 disciplinas no ginásio; b) 8 disciplinas nas duas primeiras séries do colégio; c) 7 disciplinas no máximo, por série. Convém frisar que a lei determinou que o currículo das duas primeiras séries do ciclo ginasial deve ser comum a todos os cursos no que se refere às disciplinas obrigatórias. Essa exigência foi atendida nos planos do ginásio; nas duas primeiras séries, o currículo obrigatório é o mesmo em todos os planos. Nas referidas séries, o curriculum poderá variar somente na área das disciplinas optativas. Na terceira e primeiras séries do ginásio o curriculum pode variar tanto na área das disciplinas optativas como na das chamadas "disciplinas complementares do sistema federal". O número de aulas de cada disciplina, obrigatória ou optativa, ficará a critério dos estabelecimentos de ensino; igualmente o número de aulas destinado às práticas educativas. *A lei determinou que se deve dar relêvo especial ao ensino do português. Uma das formas de atender a esta exigência seria reservar, para essa disciplina, maior número de aulas semanais que o destinado a qualquer outra em qualquer série.*

As disciplinas que podem ser adotadas pelos estabelecimentos são : 1) no ciclo ginasial : - línguas estrangeiras modernas, música (canto orfeônico), artes industriais, técnicas comerciais, técnicas agrícolas; 2) no ciclo colegial : - línguas estrangeiras modernas, grego, mineralogia e geologia, estudos sociais, psicologia, lógica, literatura, introdução às

artes, direito usual, elementos de economia, noções de contabilidade, noções de biblioteconomia, puericultura, higiene e dietética.

Os objetivos da disciplina português aparecem no item

IV :

"O Ensino da Língua Português no Curso Secundário tem em vista primordialmente, proporcionar ao educando adequada expressão oral e escrita. Todas as atividades com ele relacionadas devem visar a esse objetivo. Os estudos teóricos de gramática e de estilística são meramente subsidiárias e, por consequência, há de constituir apenas o meio para desenvolvimento, no discente, da sua capacidade de expressão. 9

Por isso importa considerar : a) no primeiro ciclo :

1º Expressão Oral

Nas duas primeiras séries ginasiais escolher-se-ão para leitura textos simples, em prosa e verso, descritivos, com real valor literário, de autores brasileiros dos dois últimos séculos; na terceira e quarta séries ginasiais textos não são descritivos e narrativos, mas também dissertativos de prosadores e poetas modernos, brasileiros e portugueses.

As observações de caráter gramatical e estilístico se não precedidos da leitura expressiva do texto e de exposição oral, resumida, uma vez esclarecido aquele em todas as suas dificuldades. Quando a unidade do texto não for completa, caberá ao professor situá-lo na obra de que foi extraída e afim de que o aluno possa bem compreendê-lo e apreciá-lo.

2º Expressão Escrita

Nos exercícios escritos, procurar-se-á levar o aluno à estilização correta, ordenada e eficaz das palavras, a fim de que logo alcançar uma expressão clara do pensamento. 10 Para isso, convém partir da elaboração de frases breves sem pretender, todavia, a uniformidade estilística. Cumpre resguardar, e até estimular, a liberdade de expressão individual, dentro das possibilidades de escolha permitidas pelo idioma. 11

Aos progressos por parte do aluno no domínio da sintaxe deve corresponder mais ampla liberdade na eleição dos termos para redação, abrindo-se oportunidade à prática da análise literária que irá desenvolver-se no segundo ciclo.

3º Gramática Expositiva

9; 10; 11. Sublinhado por nós

O ensino da gramática, acentuadamente prática e deriva da de exemplos concretos fluirá, tanto quanto possível dos textos. As noções hauridas, à medida que os fatos lingüísticos ocorrem, deverão ser progressivamente sistematizadas, a fim de assegurar ao discente um domínio sólido do idioma, quer quanto à expressão do pensamento lógico quer quanto à dos valores efetivos. Da oração se partirá para o estudo das classes de palavras.

O vocabulário será objeto de exercícios frequentes, seja na sua forma, seja na sua significação, no contexto a que pertencer.

Nos estudos de fonética, atentar-se-á particularmente para a pronúncia normal brasileira e, em especial, para a entoação, por estar a ela condicionada a colocação dos nomes átonos na escrita, emprego dos sinais de pontuação.

Entende-se por pronúncia normal brasileira a que foi considerada padrão do primeiro congresso brasileiro de Língua Falada no Teatro, realizado, em 1956, na cidade de Salvador, o qual ratificou, em suas grandes linhas, as conclusões do primeiro congresso da língua nacional cantada, reunido em 1937 em São Paulo. A descrição dessa pronúncia tida como normal consta dos anais que se publicaram dos dois congressos.

b) no segundo ciclo :

No segundo ciclo a matéria será encarada nos seus aspectos culturais e artísticos, relacionadas com a formação e desenvolvimento da civilização brasileira. Assim sendo, os conhecimentos adquiridos no curso ginasial serão consolidados por um estudo mais aprofundado da gramática expositiva e complementados pelo da gramática histórica e da literatura brasileira e da portuguesa, analisadas à luz dos textos de suas diversas fases".

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional confirma, no que se refere à língua e à literatura, uma concepção que remonta ao idealismo lingüístico do século XVII. O fulcro desta visão é a dicotomia Linguagem/Pensamento : sob a camada meramente retórica de todo e qualquer texto é possível encontrar um substrato de pensamento em estado bruto que remetem, em última instância, para o referente... ou para a verdade.

A proposta articula-se de acordo com uma tipologia

dos discursos que é a mais tradicional possível : descrição, narração, dissertação. Os dois primeiros tipos são reservados aos primeiros anos; considera-se, com certeza, que são formas que reenviam diretamente ao referente e ao evento e que são, por isso, mais "fáceis".

A língua seria uma entidade neutra, possuidora de um "grau zero de expressão", ao qual se acrescentam ornamentos retóricos. Este *mais* acrescentado ao pensamento seria, em alguns casos, o "literário".

Em 1961, o século já passou por duas conflagrações mundiais. Os "mass media" determinaram mudanças radicais na própria concepção do real, obrigando a uma reformulação do conceito humanístico de cultura. Não se trata, aqui, de condenar ou de defender os meios de comunicação de massa, mas de lembrar que nenhuma forma contemporânea de ensino pode se exercer sem a prévia compreensão dos "media".

As Reformas de Ensino brasileiras, no século XX, parecem ignorar essa nova realidade. No que diz respeito à Língua e à Literatura, nenhuma referência a outros modos de expressão que não o lingüístico. Nenhuma referência a uma possível pedagogia pelas imagens e, muito menos, a uma pedagogia da imagem. A língua continua a ser um veículo do pensamento e a literatura uma forma cômoda de fazer passar valores morais ou cívicos. Que, espera o Estado, possam atingir o maior número de pessoas. Como já observava Walter Benjamin em 1936 :

"A proletarianização crescente do homem contemporâneo e a progressiva importância das massas são

dois aspectos do mesmo processo histórico. O fascismo pretende organizar as massas sem alterar o regime de propriedade, que as massas tendem, todavia, a rejeitar. Acredita superar esta dificuldade permitindo às massas expressar-se (mas sem reconhecer seus próprios direitos). As massas têm o direito de exigir uma transformação do regime de propriedade; o fascismo quer permitir que se expressem, mas conservando este regime" 12.

12. Benjamin, art. cit., p. 239

CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS

Os dados levantados neste trabalho pretendem suscitar o problema, extremamente complexo, do confronto entre produção literária e sua utilização ou, se quiserem, sua difusão através do dispositivo escolar, considerado num contexto mais vasto, de ordem político-econômica e social.

France Vernier, estudando a relação Literatura/Ideologia, observa que o fenômeno literário é um fato social que, situado nas superestruturas, mantém em seu conjunto relações com outros elementos da superestrutura e com a infra-estrutura, sem que se possa considerar como primeiro ou determinante um desses elementos¹. O que significa que é redutora toda definição da "obra" como simples forma ideológica ou a colocação dos termos na equação cômoda da teoria do "reflexo". O "texto literário" não pode, também, ser encarado como expressão direta de uma consciência social que seria expressão direta de uma classe : as relações estruturais entre texto, visão de mundo e história são mais complexas e as "homologias" menos simétricas do que parecem.

É também redutor e simplista atribuir à escola um papel monolítico na manutenção, difusão e estruturação da ideologia da classe dominante - embora, no interior das contradi

1 . France Vernier, *L'Ecriture et les Textes*, Paris, Ed. Sociales, 1974, p. 46

ções do dispositivo escolar capitalista, seja esse seu papel fundamental. A função de muitos decretos, reformas, leis, pareceres, vistos nestas páginas, parece confirmá-lo. A presença da ideologia, como pretende Macherey, é melhor captada nos silêncios, nos vazios do texto; mas o que constitui a Literatura, para a escola, é o Livro, o espaço textual nos quais se configuram e/ou dos quais se extraem uma concepção de vida, do Homem e da sociedade.

Deve-se observar, também, que a palavra *Literatura* é um termo cômodo que se utiliza - que é utilizado neste trabalho - para nomear uma realidade mais complexa. Não existe uma "essência" da Literatura e, como observa France Vernier, uma das tarefas fundamentais para o estudo do fenômeno literário é exatamente a determinação do que constitui o escrito em "texto", em dada época, em dadas condições : que caminhos percorreu tal discurso, até transformar-se em "clássico", isto é, em autor de uma *classe*, estudado numa classe escolar ?

Outra questão importante é a do funcionamento do fenômeno literário em relação ao estatuto da língua², cujo controle é assegurado pela classe dominante, através dos mecanismos da escola e da recuperação dos autores pelo sistema de ensino. O caso da escola jesuíta é exemplar : dividido o ensino em dois campos, um dos quais destinado à classe dominada (eschollas de leer e escrever) e outra aos futuros senhores da terra, procede-se à utilização da língua nacional (o tupi-guarani) como ins

2 . Idem, p. 68 e segg.

trumento útil à catequese e à redução do espaço literário aos clássicos da Antigüidade (latina), aos quais têm acesso apenas os privilegiados aos quais se destina o ensino secundário.

Pretende-se aprofundar, em trabalho posterior, os temas sugeridos ao longo desta pesquisa, levando também em conta :

- . a questão, no caso brasileiro, da pluralidade lingüística e cultural;
- . a determinação, nos diversos períodos enfocados, do "objeto" literatura, isto é, a delimitação de seu campo.

BIBLIOGRAFIA

- ARISTÓTELES - *Poétique*, Paris, Les Belles Lettres, 1975
- _____ - *Rhétorique*, Paris, Les Belles Lettres, 1932-1938
- AZEVEDO, Fernando de - *A Cultura Brasileira*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1944
- BARTHES, Roland - "La Rhétorique Ancienne", in *Communications*, 16, 1970
- BERGER, Manfredo - *Educação e Sociedade*, São Paulo, Difel, 1976
- CÂNDIDO, Antônio - *Formação da Literatura Brasileira*, 2 vol., São Paulo, Martins, 1959
- CARDIM, Fernão - *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, Rio de Janeiro, J. Leite & Cia., 1925
- CARPEAUX, Otto Maria - *História da Literatura Ocidental*, 7 vol., Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1953-1963
- _____ - *Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, Letras e Artes, 1964
- CHEVALIER, Jean-Claude - "La Pedagogie des Jésuites", in *Littérature*, 7, 1972
- CÍCERO - *Brutus*, Paris, Les Belles Lettres, 1966
- _____ - *L'Orateur*, Paris, Les Belles Lettres, 1964
- CURTIUS, E.R. - *Literatura Européia e Idade Média Latina*, Rio de Janeiro, I.N.L., 1957

- DIAS, Carlos Malheiros - *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Porto, Litografia Nacional, 1921
- DU BELLAY, Joachim - *Oeuvres Choïsies*, Paris, Larousse, 1935
- FERNANDES, Florestan - *A Revolução Burguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar, 1975
- FRANCA, Leonel - *O Método Pedagógico dos Jesuítas*, Rio de Janeiro, Agir, 1952
- HAUSER, Arnold - *Historia Social de la Literatura y el Arte*, 3 vol., Madrid, Guadarrama, 1968
- HOBSBAWN, Eric - *A Era do Capital (1848-1875)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979
- LEITE, Serafim - *Novas Cartas Jesuíticas*, São Paulo, Editora Nacional, 1940
- LIMA, Luiz Costa (org.) - *Teoria da Cultura de Massa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978
- MAINGUENEAU, D. - *Initiation aux Méthodes de l'Analyse des Discours*, Paris, Hachette, 1976
- MARTINS, Wilson - *História da Inteligência Brasileira*, vol. I, São Paulo, Cultrix/Edusp, 1977-78
- NETO, Samuel Pfromm et alii - *O Livro na Educação*, São Paulo, Primor, 1974
- QUINTILIANO - *De Institutione Oratoria*, Paris, Les Belles Lettres, 1933-1934
- RIBEIRO, Maria Luíza Santos - *História da Educação Brasileira*, São Paulo, Cortez e Moraes, 1979
- SILVA, Geraldo Bastos - *Introdução Crítica ao Ensino Secundário*, Rio de Janeiro, Mec/Cades, 1959

SODRÉ, Nelson Werneck - *História da Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964

VERNIER, France - *L'Ecriture et les Textes*, Paris, Editions Sociales, 1974

ZUMTHOR, Paul - *Langue, Texte, Enigme*, Paris, Seuil, 1975